

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CAMPUS AVANÇADO DE PATU - CAP
DEPARTAMENTO DE LETRAS – DL

ALANY DANTAS DA SILVA

KABÁ DAREBU E AMAZONAS NO CORAÇÃO ENCANTADO DA FLORESTA:
UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE TRABALHO COM A LITERATURA INDÍGENA

PATU
2017

ALANY DANTAS DA SILVA

KABÁ DAREBU E AMAZONAS NO CORAÇÃO ENCANTADO DA FLORESTA:
UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE TRABALHO COM A LITERATURA INDÍGENA

Monografia apresentada ao Departamento de Letras do *Campus* Avançado de Patu – CAP, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciada em Letras.

Orientadora: Prof. Ma. Maria do Socorro dos Santos.

PATU
2017

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

S586k Silva, Alany Dantas
KABÁ DAREBU E AMAZONAS NO CORAÇÃO
ENCANTADO DA FLORESTA: UMA PROPOSTA
PEDAGÓGICA DE TRABALHO COM A LITERATURA
INDÍGENA. / Alany Dantas Silva. - Patu, 2017.
55p.

Orientador(a): Profa. M^a. Maria do Socorro Santos.
Monografia (Graduação em Letras (Habilitação em
Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas)).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Literatura Indígena. Livros Paradidáticos. História.
Ensino Indígena.. I. Santos, Maria do Socorro. II.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III.
Título.

ALANY DANTAS DA SILVA

KABÁ DAREBU E AMAZONAS NO CORAÇÃO ENCANTADO DA FLORESTA:
UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE TRABALHO COM A LITERATURA INDÍGENA

Monografia apresentada ao Departamento de Letras do *Campus* Avançado de Patu (CAP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – (UERN) como requisito obrigatório como obtenção do título de licenciado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas.

Aprovado em ____/____/2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Maria do Socorro dos Santos
Orientadora CAP/UERN

Prof. Dr. Antônio Balbino Neto
1ª Examinador CAP/UERN

Profa. Ma. Larissa Cristina Viana Lopes
2ª Examinadora CAP/UERN

PATU

2017

A Deus, à minha mãe, ao meu marido, as minhas irmãs, e a todos que contribuíram para a minha formação direta ou indiretamente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, a Deus, primeiramente, Ele que sempre esteve ao meu lado me dando forças para seguir em frente, e que em momento algum me desamparou.

À minha mãe, Linderlan, que sempre me incentivou a estudar e seguir o caminho dos meus sonhos.

Ao meu marido, meu companheiro de todas as horas, o maior incentivador e colaborador para que esse sonho pudesse se tornar realidade.

Agradeço de forma especial a minha orientadora, Maria do Socorro dos Santos, por toda paciência, por sempre se disponibilizar a me ajudar e por cada aprendizado compartilhado.

Quero agradecer também a todos os professores, que colaboraram ao longo de toda a minha jornada estudantil, por me proporcionarem conhecimento.

Aos professores, Antônio Balbino e Larissa Viana, agradeço por terem aceitado o convite para compor a banca examinadora e contribuir para o trabalho final.

Agradeço as minhas irmãs, Alyne e Aylana, a minha família, as minhas amigas de infância, Fâmela e Samara, e a todos aqueles que colaboram direta e indiretamente nessa conquista.

Agradeço aos meus colegas de curso e companheiros de grupo, Anamaria, Guima, Natália, Verônica e Rannya, pela amizade, companheirismo e por sempre estarem dispostos a me ajudar.

A literatura apenas começa naquele momento em que ouço uma voz singular. [...] não há literatura se não há uma voz, portanto, uma linguagem que carrega a marca de alguém. É preciso um estilo, um tom, uma técnica, uma arte, uma invenção [...], é preciso que o autor me imponha sua presença; e quando ele me impõe sua presença, no mesmo instante ele me impõe seu mundo.

Simone de Beauvoir

RESUMO

Este estudo propõe uma análise dos livros paradidáticos *Kabá Darebu* de Daniel Munduruku (2002) e *Amazonas no coração encantado da floresta* de Thiago de Mello (2005). A perspectiva desta pesquisa é evidenciar a importância do estudo da cultura, história e identidade dos povos indígenas ao ensino da literatura indígena através dos livros infanto-juvenis. A pesquisa se caracteriza como abordagem qualitativa ancorada em Andrade (2009) e tem como aporte teórico os seguintes autores: Thiél (2013), Silva (2009), Cândido (1987), entre outros, que defendem o uso da literatura como grande aliado a um ensino multifacetário e dinâmico. Além disso, a lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que torna obrigatória a inclusão no currículo oficial da rede de ensino brasileiro a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Os resultados dessa análise mostram que embora o ensino de literatura indígena seja obrigatório nas escolas, o seu estudo ainda aparece de maneira tímida nas escolas. Em alguns livros a imagem dos povos indígenas ainda é estereotipada, o que torna necessário a inserção da literatura indígena de forma correta, de modo que possa respeitar a diversidade e cultura dos povos indígenas.

Palavras-chave: Literatura Indígena. Livros Paradidáticos. História. Ensino Indígena.

ABSTRACT

This study proposes an analysis of the paradidáticos books *Kabá Darebu* of Daniel Munduruku (2002) and *Amazonas in the enchanted heart of the forest* of Thiago de Mello (2005). The prospect of this research is to highlight the importance of the study of culture, history and identity of indigenous peoples to the teaching of indigenous literature through children's books. The research is characterized as a qualitative approach anchored in Andrade (2009) and is as theoretical contribution the following authors: Thiél (2013), Silva (2009), Cândido (1987), among other, who defend the use of literature as a great ally to a multifaceted and dynamic teaching. besides that, Law No. 11,645, of 10 March 2008, wich makes it mandatory the inclusion in the official curriculum of the brazilian educational network the theme "Afro-Brazilian and Indigenous culture and history". Show that although the teaching of indigenous literature be compulsory in schools, the your study still appears shy way in schools. In some books the image of indigenous peoples is still stereotyped, what makes it necessary the insertion of indigenous literature correctly, so that it can respect the diversity and culture of indigenous peoples.

Keywords: Indigenous Literature. Paradidáticos books. History. Indigenous Teaching.

LISTA DE SIGLAS

CAP – *Campus* Avançado de Patu

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNBB – Comissão Nacional dos Bispos do Brasil

EEXF – Escola Estadual Dr. Xavier Fernandes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

LBD – Lei de Bases e Diretrizes

PNLD – Programa do Livro Didático e Paradidático

RN – Rio Grande do Norte

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UNIN – União das Nações Indígenas

LISTAS DE FIGURAS

Figura 01: Kabá Darebu: Início da História -----	33
Figura 02: Kabá Darebu: A Alimentação -----	34
Figura 03: Kabá Darebu: Narrativas Orais -----	35
Figura 04: Kabá Darebu: Processo de Aculturação -----	36
Figura 05: Kabá Darebu: Pinturas Indígenas -----	37
Figura 06: Kabá Darebu: Curiosidades -----	39
Figura 07: Amazonas: Prêmio de Ajuricaba -----	41
Figura 08: Amazonas: Prêmio de Ajuricaba -----	42
Figura 09: Amazonas: Prêmio de Ajuricaba -----	43
Figura 10: Amazonas: O Mapinguari -----	44
Figura 11: Amazonas: O Mapinguari -----	45
Figura 12: Amazonas: O Mapinguari -----	45
Figura 13: Amazonas: O Mapinguari -----	46
Figura 14: Amazonas: O Mapinguari -----	47
Figura 15: Amazonas: O Mapinguari -----	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	13
1.2 METODOLOGIA UTILIZADA	16
1.3 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS.....	17
2 LITERATURA INDÍGENA: UMA PROPOSTA CURRICULAR DE ENSINO	18
2.1 LITERATURA <i>VERSUS</i> LITERATURA INDÍGENA: O QUE É?.....	18
2.1.1 LITERATURA INDÍGENA PRA QUÊ?	20
2.2 A LITERATURA INDÍGENA NO CONTEXTO DA LEI 11.645/2008	24
2.3 O INDÍGENA: DO LIVRO DIDÁTICO AO LITERÁRIO	28
3 DA LITERATURA LITERÁRIA AO FAZER DIDÁTICO PEDAGÓGICO	32
3.1 <i>KABÁ DAREBU</i> : UMA LEITURA, UM ENCONTRO	32
3.1.1 KABÁ DAREBU: “MEU POVO VIVE NA FLORESTA”	33
3.2 <i>O CORAÇÃO ENCANTADO DA FLORESTA</i> : PARA CADA PÁGINA UMA LENDA .	39
3.2.1 A MATERIALIDADE DAS LENDAS: OS ENCANTAMENTOS NARRADOS POR THIAGO DE MELLO	40
3.3 <i>KABÁ DAREBU E AMAZONAS NO CORAÇÃO ENCANTADO DA FLORESTA</i> : UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE ENSINO.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

Desde 2008, o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena se tornou obrigatório no Brasil através da lei nº 11.645/2008. Esta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, e indica que todo conteúdo programático a que se referem os diversos aspectos da história e da cultura indígena e africana, que caracterizam a formação da população brasileira, seja trabalhado no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. Embora a lei esteja em vigor desde 2008 o ensino da literatura indígena em sala de aula aparece ainda de maneira tímida. Na verdade, em muitas escolas, a literatura indígena se resume ao estudo do livro didático de história, na parte voltada à colonização e no tradicional dia do índio, comemorado em 19 de abril.

Segundo Thíel (2012), houve, no começo do século XX, no Brasil, um grande crescimento no número de obras literárias indígenas, e mesmo com o surgimento de novos autores, que ganham reconhecimento através da literatura indígena com base na qualidade de suas obras, o fluxo de textos brasileiros têm pouca repercussão se relacionado à publicação de autores norte-americanos. Embora existam publicações de gêneros variados, é pouco o número de leitores que se interessam pela leitura de obras literárias ou que procuram neles mais que o componente ‘diferenciado’ que transforma a personalidade indígena do autor (na sua maioria responsável pela escrita) num objeto de curiosidade – uma leitura muitas vezes tida como secundária. (THÍEL, 2012, p.50)

Diante disso, este trabalho visa analisar os livros paradidáticos *Kabá Darebu* de Daniel Munduruku (2002) e *Amazonas no coração encantado da floresta* de Thiago de Mello (2005), como proposta de ensino didático-pedagógico em sala de aula. A perspectiva desta pesquisa é evidenciar a importância do estudo da cultura, história e identidade dos povos indígenas¹, trazendo como respaldo os significados ao trabalho do ensino da literatura indígena através dos livros infanto-juvenis estudados.

¹ O termo “povos indígenas” trata-se dos mais diversos grupos humanos existentes nos mais diversos lugares do mundo. Esses povos que vivem, não apenas no Brasil, mas em todo continente americano são também chamados pelo termo “índio”. No entanto o termo “índio” é considerado muitas vezes um equívoco, por se tratar de um nome dado pelos europeus aos primeiros povos que habitavam o Brasil. Apesar disso os dois termos ainda são utilizados, por isso em nosso trabalho será notado a presença de ambos.

Os livros trabalhados nesse estudo fazem parte do acervo bibliográfico da Escola Estadual Dr. Xavier Fernandes (EEXF), localizada no município de Patu/RN, e do Programa do Livro Didático e Paradidático do governo federal (PNLD), que conta dentro do seu acervo, materiais voltados para o desenvolvimento e divulgação da história e cultura dos povos indígenas, negros, quilombolas, e outros.

Nesta perspectiva, a ideia desta pesquisa se deu através do interesse em trabalhar a literatura dos primeiros povos que habitaram nosso país, ligada ao afeto pela literatura em geral, que foi se constituindo no decorrer do curso de Letras Língua Portuguesa do *Campus* Avançado de Patu (CAP), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Busca-se abordar reflexões sobre seu ensino na Educação Básica, além do conhecimento das leis que amparam e obrigam o ensino de história e cultura indígenas nas instituições públicas e privadas de ensino, que muitas vezes passa despercebida.

A necessidade de falar da literatura indígena como proposta pedagógica em sala de aula ressalta a importância de produção de homens e mulheres indígenas que muito contribuíram para a construção de nossa história.

1.1 A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

O tema que motiva essa pesquisa vem sendo trabalhado desde o final da década de 1980 ao início dos anos 1990, quando os povos indígenas começaram uma luta pela valorização e respeito dos seus direitos e costumes, participando arduamente de reuniões, movimentos e congressos que tratavam da educação e ensino formal para seus povos. De acordo com Silva (2009), as literaturas indígenas despontam na primeira década dos anos 2000 como um novo campo que dá voz e vez aos indígenas brasileiros. Com uma quantidade significativa de livros que está depositada em escolas da rede pública de todo Brasil, como forma de expor e apresentar a literatura indígena, esta elaboração não só representa uma produção como forma de ensino das literaturas nacionais e internacionais, mas como uma literatura que atende à Lei nº 11.645/2008. Esta, por sua vez, alterou a lei nº 10.639/2003 que torna obrigatória no currículo oficial das escolas das redes pública e particular de ensino do Brasil, a inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

De acordo com Silva (2012), a lei trouxe um respaldo positivo porque a sua efetivação veio garantir o estudo, o conhecimento e a compreensão da temática indígena, além de que a obrigatoriedade leva a reconhecer, respeitar e apoiar os povos indígenas em suas lutas e

reinvidicações, ajudando na conquista e defesa dos seus direitos e diversas expressões culturais. Desse modo, a lei pode, orientar a transformação do uso de práticas pedagógicas antigas e preconceituosas, proporcionando uma nova forma de ver a história e os povos indígenas. A escola que é grande responsável pela formação do homem, ao tornar possível sua prática, passa a agregar ao seu ensino o trabalho com a diversidade cultural.

No entanto, mesmo com a lei em vigor, o trabalho pedagógico indígena ainda é limitado. Silva (2012) apresenta seu ensino como um desafio a ser superado, a começar pela formação iniciada e continuada de professores e professoras:

Passados mais de quatro anos da sua publicação, persistem vários desafios para efetivação do que determinou a Lei 11.645/2008. É de fundamental importância, por exemplo, capacitar os quadros técnicos de instâncias governamentais (federais, estaduais e municipais) para o combate aos racismos institucionais. Mas, um grande ou o maior dos desafios é a capacitação de professores tanto os que estão atuando, a chamada formação continuada, quanto daqueles ainda em formação nas licenciaturas em universidades públicas e privadas, nos diversos cursos de magistério (SILVA, 2012, p.44).

Para o autor, ao apontar o ensino da cultura indígena como desafio, aborda uma problemática que gira em torno dos cursos de formação docente – a falta de uma disciplina voltada a discussão da temática. Por isso, é preciso efetivar a lei em todas as modalidades de ensino, em que a literatura possa estar presente na construção de saberes. Nas escolas, embora seja uma grande representante da cultura, da crença e de diferentes costumes, o trabalho se resume aos saberes de que os índios são sujeitos que usam cocares, pintam o corpo e têm um chefe chamado cacique. Sobre isso, Cagneti e Pauli (2005) apresenta o seguinte relato:

Pode parecer um absurdo o que vou testemunhar agora, mas, no mês de abril de 2013, logo após o Dia do Índio, ao visitar escolas, embora eu quisesse negar o que meus olhos viam, notei que lá estavam expostas no corredores folhas e mais folhas de “trabalhinhos” dos anos infantis e das series iniciais que me fizeram sentir constrangimento. Além das já há décadas condenadas folhas mimeografadas (hoje substituídas pelas cópias xerografadas), todas iguais para todos, para pintar ou preencher com papel picado ou bolinhas de crepom (hoje substituídas por quadradinhos do altamente poluente EVA), lá estavam, para atividades similares, nossos indígenas em número infindável; todos com a mesma face, pintados da mesma forma, e com a cabeça “ornamentada” com a já famosa imitação escolar de um cocar. (CAGNETI; PAULI op. cite, p.15)

Em sua maioria, as atividades pedagógicas se limitam a atividades que não mostram como os indígenas vivem em seus diferentes grupos étnicos. Não falam dos seus costumes e

nem muito menos de sua história, rituais e crenças; as atividades continuam expondo o indígena como um sujeito que vive isolado nas florestas, caça, pesca e anda nu.

Para Thiél (2013), no que se refere à divulgação da literatura indígena, apesar de haver um número significativo de produções de obras indígenas no Brasil, o fluxo e propagação ainda são reduzidos. Mesmo havendo publicações de diversos gêneros que vão do conto infantil à literatura contemporânea, o número de leitores ainda é pequeno, se comparado à leitura de clássicos da literatura. O mesmo autor ainda afirma que os leitores especializados em literatura preocupam-se em ampliar seu repertório de conhecimento “de obras canônicas, incluídas em antologias ou consideradas leituras obrigatória para referência em qualquer círculo de discussão acadêmica ou nas escolas dos ensinos Fundamental e Médio” (THIÉL, 2013, p.50).

Por se tratar de um tipo de literatura ainda nova e por ter pouca divulgação nas escolas, professores e estudiosos da literatura preferem dar prioridade ao ensino da literatura que já é considerada essencial para o ensino nas escolas.

Essa postura denota, por um lado, o desconhecimento de professores dos autores indígenas; por outro lado, sinaliza a insegurança quanto aos critérios para valorizar, aprender e divulgar as obras indígenas, ausentes em muitos programas de ensino e exame (THIÉL, 2012, p.50).

Isso se relaciona ao fato também de que muitos professores ainda desconhecem a obrigatoriedade do ensino de história indígena a ser pensado na literatura; e aqueles que conhecem, optam muitas vezes, por não trabalharem com a mesma no âmbito escolar. Ou por preconceito, porque alguns livros de literatura indígena aparecem cheios de gravuras, o que faz pensar que é voltado apenas para o público infantil; ou ainda, por não quererem trabalhar com uma temática inovadora. Além do mais, existe ainda uma grande dificuldade entre livreiros e bibliotecários quanto a classificação das obras indígenas, pois os mesmos colocam nas mesmas prateleiras gêneros diversos da literatura, não sabendo também diferenciar a que público as obras são destinadas (THIÉL, 2013).

Pensando nisso, é que formulamos a seguinte questão: como inserir e pensar propostas pedagógicas ao ensino indígena a partir da literatura em sala de aula?

Mesmo com a obrigatoriedade da lei e o grande crescimento do número de obras indígenas, o ensino da literatura indígena ainda é acanhado, e isto tem dificultado a sua divulgação e o conhecimento de uma literatura rica em cultura, identidade, costumes, ritos e história. Nesse viés, para responder a questão, buscamos respaldo teórico nos seguintes autores:

Thiél (2013), Silva (2009), Cândido (1987); e documentos de base legal como à lei 11.645/2008.

1.2 METODOLOGIA UTILIZADA

Esta pesquisa teve como *corpus* os livros paradidáticos *Kabá Darebu* de Daniel Munduruku (2002) e *Amazonas no coração encantado da floresta* de Thiago Mello (2005), a fim de, a partir das nossas análises sobre personagens e narrativa, apresentar uma proposta de trabalho didático e pedagógico para o ensino da literatura indígena em sala de aula. Estes livros retratam de forma dinâmica a vida e costumes dos povos indígenas. O principal foco é a manifestação cultural nos âmbitos artístico, social e linguístico, herdados dos seus ancestrais. Para tanto, tendo em vista o que expomos até aqui e para dar conta desse objetivo, iremos detalhar o nosso procedimento metodológico.

A pesquisa se caracteriza como abordagem qualitativa, pois a mesma não se preocupa com dados numéricos e está voltada para o aprofundamento da compreensão de um objeto, preocupando-se com aspectos da realidade. É de caráter descritivo, pois, nesse tipo de pesquisa, “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados” (ANDRADE, 2009, p. 115) sem que o pesquisador interfira; e exploratório, já que “busca proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um determinado assunto; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente” (ANDRADE, op. cite, p. 114).

Além disso, é dedutiva, pois é com base em teorias lidas que iremos nos guiar para análise e construção de leituras, que nos levará a conclusão da pesquisa e elaborar a proposta de trabalho com os livros mencionados. No que se refere à técnica da pesquisa, utilizamos a documentação indireta, uma vez que a mesma trata-se de uma pesquisa bibliográfica, visto que iremos recorrer à fontes secundárias para a construção do nosso trabalho.

Para aprofundamento teórico e análise dos dados nos embasamos nos estudos dos seguintes autores: Thiél (2013), Silva (2009), Cândido (1987), entre outros, que defendem o uso da literatura como grande aliado a um ensino interdisciplinar e dinâmico.

1.3 APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

O nosso estudo é composto por três capítulos que dividem o tema em questão, sendo a parte introdutória o seu primeiro. Nele apresentamos o tema, a metodologia, justificativa do objeto de pesquisa e a problemática, fazendo com que o leitor entenda sobre as finalidades desta pesquisa.

No nosso segundo capítulo, intitulado como **Literatura indígena: uma proposta curricular de ensino** apresenta o conceito e especificidades da literatura indígena além de discorrer sobre o ensino da literatura indígena como proposta pedagógica no contexto escolar, a partir da Lei 11.645/2008.

O terceiro capítulo, intitulado **Da literatura literária ao fazer didático-pedagógico**, traz a análise dos dados da pesquisa, a partir dos livros em estudo além de abordar uma proposta pedagógica de como trabalhar a literatura indígena em sala de aula.

2 LITERATURA INDÍGENA: UMA PROPOSTA CURRICULAR DE ENSINO

Este capítulo discorrerá sobre a literatura indígena e sua importância no ensino formal. Aborda aspectos históricos da trajetória indígena no Brasil, e como a literatura indígena é respaldada pela lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 que torna obrigatório a inclusão no currículo oficial da rede de ensino brasileiro a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Além disso, apresenta a literatura indígena e seus aspectos gerais nos livros paradidáticos.

2.1 LITERATURA *VERSUS* LITERATURA INDÍGENA: O QUE É?

Tendo em vista que a literatura é uma manifestação cultural, responsável por contribuir de maneira significativa na formação do leitor, não poderíamos deixá-la fora do nosso estudo e falar um pouco do seu papel formador. Entretanto, antes de discutirmos o que seria a literatura indígena, é importante discorrer o próprio conceito de literatura. Para Cândido (1995) o conceito de literatura é amplo, complexo, mas de compressão:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. (CÂNDIDO, *op. cit.*, p. 243)

A literatura assim é vista como uma grande manifestação universal que atinge todos os povos. Ela aparece de diferentes formas, fazendo com que se torne possível atingir os mais diversos tipos de leitores, tornando-se essencial na vida daquele que busca o conhecimento a partir das leituras. Cosson (2006, p. 17) explica que “a literatura tem o poder de se metamorfosear em todas as formas discursivas. Ela também tem muitos artifícios e guarda em si o presente, passado e o futuro da palavra”. Assim, ela se adapta a diferentes públicos, diferentes discursos, diferentes gostos em diferentes situações, e é uma grande aliada no ensino da história, pois através do seu estudo, podemos nos situar em diversas épocas. O mesmo autor ressalta que:

Na literatura e na escrita do texto literário encontramos o senso de nós mesmos e da comunidade a que pertencemos. A literatura nos diz o que somos e nos incentiva a desejar a expressar o mundo por nós mesmos. E isso se dá porque a literatura é uma experiência a ser realizada. (COSSON, 2006, p. 17)

Nesse viés, a literatura nos faz pensar mesmo que inconscientemente, sobre tudo que está ao nosso redor, possibilitando-nos raciocinar e expressar o mundo por meio da concepção que conseguimos criar sobre ele. Por isso, Lajolo (2012) explana como algo vivo, e nos indaga quanto ao fato de que seria impossível viver sem ela: “Você consegue imaginar um mundo sem histórias contadas, sem poemas, sem canções, sem contos, sem filmes?” (LAJOLO, op. cit., p. 5).

Sendo parte do nosso cotidiano, a literatura, com suas diferentes faces insere-nos num mundo mágico, no qual podemos dar liberdade para a nossa imaginação, criando e aprendendo ao mesmo tempo, e mesmo sem perceber fazer de seu uso nas nossas atividades diárias. Corroborando com as ideias de Lajolo e Cosson, Cândido (1972) acentua que a literatura tem um papel humanizador, pois ela nos permite vivenciar diversos acontecimentos e fatos, fazendo com que possamos aprender de forma simples e sem regras.

A literatura pode formar; mas não segundo a pedagogia oficial, que costuma vê-la ideologicamente como um veículo da tríade famosa - o Bom, o Belo, o Verdadeiro, definidos conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço de sua concepção de vida. Longe de ser um apêndice da instrução moral e cívica [...] ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela, - com altos e baixos, luzes e sombras. (CÂNDIDO, op. cit., p.805)

Longe de seguir padrões, a literatura ensina, mas não na perspectiva que a sociedade impõe, com valores enraizados em interesses pequenos. A ideia do autor é que a literatura literária vai libertando mentes pensantes. O autor ainda diz que “a literatura é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, através da qual propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres e os sentimentos” (CÂNDIDO, 1972, p.53). Neste aspecto, ela não obedece ordens cristalizadas, mas caminha em trilhas próprias e isso leva o leitor à uma educação muito diferente da que molda a escola e a sociedade. Ela pode imitar a vida, às vezes de uma forma bonita, outras como mandam a realidade fazendo com que o leitor se sinta familiarizado com o que está lendo.

Zilberman (2008), elucida que o ensino da literatura reforça uma unidade independente de um lugar ou uma região onde se vive, acompanhando as propriedades da língua e da cultura. Pode ensinar mais do que se pode imaginar – ela auxilia no crescimento de concepções antes limitadas, amplia horizontes, além de ser ponte para o ensino da cultura de diferentes povos, da língua e de seus costumes.

No cotidiano as experiências e aprendizados decorrem com o tempo, na literatura esses aprendizados dão-se através da leitura. A literatura com sua variedade de temas proporciona o saber, dando a oportunidade de aprender os variados assuntos, despertando no leitor o gosto pela leitura. Impregnada de ‘verdades’ e de conceitos libertadores recria e cria o mundo, saindo dos padrões estabelecidos pela sociedade, mostrando que se pode refletir além das entrelinhas.

No âmbito escolar a literatura é de suma importância na construção do leitor, pois ela é um grande auxílio para que o aluno possa tomar gosto pela leitura, além de ajudar de forma significativa na compreensão e interpretação de textos. Sobre isso Cosson (2006) diz que:

Na escola, a leitura literária tem a função de nos ajudar a ler melhor, não apenas porque possibilita a criação do hábito de leitura ou porque seja prazerosa, mas assim, e sobretudo, porque nos fornece, como nenhum outro tipo de leitura faz, os instrumentos necessários para conhecer e articular com proficiência o mundo feito linguagem. (COSSON, op. cit., p.30)

A literatura, assim, é uma ferramenta necessária na construção de leitores críticos e pensantes, ela ensina de maneira única e encantadora os mais variados assuntos, sendo grande responsável pelo gosto da leitura. Desse modo, compreendendo que a literatura é importante na vida de cada ser humano discorreremos sobre a literatura indígena, suas proposições e importância.

2.1.1 Literatura indígena pra quê?

Por muitos anos a figura dos povos indígenas no cenário literário foi construída e idealizada segundo a visão do outro – o colonizador. Foram os historiadores e antropólogos que inicialmente descreveram a respeito da cultura indígena a partir de relatos, fatos e fotos achadas, entre outros. Entretanto, no decorrer do tempo, os povos indígenas começaram a registrar sua história conforme seu cotidiano, tradição, memória, crenças, ritos e ritualidades. Para Thiél (2012, p.47) “as textualidades indígenas têm no índio não só um referente, mas principalmente um agente. Ele escreve tanto para um público-alvo índio, quanto para os não índios”.

As obras voltadas para a literatura indígena, vão além de um envolvimento do seu grupo étnico, elas buscam alcançar os mais diferentes tipos de público possíveis. Franca e Silveira (2014) esclarece que a literatura indígena já existia através da oralidade e com o passar do tempo se adequou a forma escrita, sendo adaptada e produzida pensando na cultura e costumes dos povos indígenas. Foi por meio da sua originalidade que a literatura indígena entrou em

cena, trazendo uma escrita com traços fortes da sua identidade, mostrando suas particularidades e uma leitura mais humana.

Como todo cidadão participante de uma sociedade que se ajusta a costumes impostos por ela, os indígenas também tiveram que adaptar seu modo de se expressar, inserindo a escrita à sua literatura, mas mantendo a tradição da oralidade. Silva (2016) reforça que os indígenas, utilizando-se da regra número um do colonizador, passaram a escrever, a usar a escrita para se fazerem presentes no mundo, um mundo que os esqueceu, talvez, mas mostram agora, com a literatura, com a palavra, que sempre estiveram presentes. Com seus rabiscos, eles passaram a dizer seus sentimentos, falar sobre o cotidiano, a denunciar o que não é certo conforme sua cultura e costumes e se fazer presente na história da qual ele sempre esteve.

Nos documentos históricos, Orlandi (1997) nos chama a atenção para a presença dos colonos ao invés de realçá-los como sujeitos da identidade de formação brasileira. É um sujeito sem fala mais falado:

[...] o Índio não fala na história (nos textos que são tomados como documentos) do Brasil. Ele não fala mas é falado pelos missionários, pelos cientistas, pelos políticos. [...] Eles falam do Índio para que ele não signifique fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o Índio não conta. Trata-se da construção de sentidos que servem sobretudo à instituição das relações colonialistas entre os países europeus e o Novo Mundo (ORLANDI, 1997, p.59).

Como primeiros habitantes do Brasil, sua presença em relatos históricos se limita a um pequeno trecho no contexto da colonização. Sua voz é ocultada, aparecendo por meio da voz do outro, fazendo com que sua identidade seja construída através do olhar alheio. Thíell (2012), em seu livro *Pele silenciosa, pele sonora*, na tentativa de explicar porque silenciosa e porque sonora traz a ideia de esquecimento, quando evidencia que usa a expressão *pele silenciosa* para falar da invisibilidade do índio e falta da sua voz na produção literária nacional. Assim, *Pele silenciosa* diz respeito ao modo como a sociedade imaginou por séculos a figura do índio, indicando ao mesmo tempo o silenciamento imposto sob a voz do mesmo, ainda que ele não tenha omitido sua voz desde o seu encontro com o colonizador. Já a expressão *pele sonora* sugere que o índio tem sua voz e a representa por meio de textos de resistência e textualidades variadas. Mesmo assim, ainda que escritores e intelectuais, políticos e religiosos tenham silenciado suas vozes nos livros de história, este povo resiste com produções que merecem ser conhecidas e reconhecidas no cenário literário nacional.

A literatura produzida pelos indígenas começou a ganhar destaque em meados dos anos de 1980, amparada por mudanças ocorridas no Brasil, tanto nas leis quanto na sociedade, em um período marcado como aquele em que os movimentos sociais se uniram em prol de pôr um fim a ditadura militar. Foi nessa época que escritores indígenas anunciaram a sua literatura no mercado literário, inicialmente como demanda didática, seguida de obras narrativas e literárias. É Franca e Siqueira (2014) que discorrem sobre esse aparecimento da literatura indígena:

O primeiro passo para a produção literária indígena foi dado com o avanço das práticas escolares nas aldeias. Por haver uma demanda por materiais didáticos que refletissem a realidade e a cosmovisão dos grupos indígenas, iniciou-se a elaboração de material específico para tal fim, que fosse adequado ao ensino para esses grupos. A introdução da escrita alfabética incentivou a produção bibliográfica nas sociedades indígenas que, em sua maioria, faziam uso apenas da tradição oral. (FRANCA; SIQUEIRA, 2014, p.68,69)

A esse respeito, Franca e Silveira (2014, *apud*, Regino, 2003) explicam que essa literatura surge depois do movimento de independência nacional, e buscava nela a representação de um herói ainda não visto. No Brasil, ele destaca obras como a de José de Alencar em: *O Guarani* de 1857², *Iracema* de 1865³ e *Ubirajara* de 1874⁴; e na poesia de Gonçalves Dias, *Juca-Pirama*⁵ e *Marabá* de 1851⁶ (romantismo literário); no Arcadismo acentuar Basílio da Gama e o seu poema *O Uruguai* de 1769⁷.

Contudo, é a partir da última década do século XX que ocorre um crescimento significativo no número de produções de obras indígenas, criadas por autores de diferentes etnias e que se tornaram reconhecidas por meio de premiações pela qualidade de sua produção literária (THÍELL, 2012). No entanto, ela ainda não tem o mesmo alcance das obras escritas por autores norte-americanos. Cagneti e Pauli (2015) apresenta a literatura indígena como movimento recente, ao mesmo tempo que ela constrói e reconstrói a memória desses povos por meio das narrativas:

A literatura indígena como movimento literário é recente. Ao trazer a arte de como o indígena entende a vida, ela reconstrói na escrita sua relação com o mundo, a qual sempre esteve registrada na oralidade em seus ritos e seus mitos. A memória é a grande propulsora entre narrativas que- antes faladas de

² Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000135.pdf>

³ Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000014.pdf>

⁴ Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua00144a.pdf>

⁵ Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000007.pdf>

⁶ Disponível em: <http://sanderlei.com.br/Poetry-Poesia-Poem-Poema-Sonnet-Soneto/G/Goncalves-Dias/Maraba>

⁷ Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn00094a.pdf>

geração em geração- agora estão sendo registradas em livros, principalmente os voltados para o público jovem e infantil. (CAGNETI;PAULI, 2015, p.19)

Diferentemente dos outros tipos de literatura, mostra em seus escritos a visão dos povos indígenas sobre o mundo, trazendo sempre para a leitura aspectos presentes em seu cotidiano, fazendo um resgate das histórias passadas ao longo dos anos. Ela é produzida de forma simples e encantadora, atingindo os mais diversos públicos, e em especial as crianças e jovens. A literatura produzida por indígenas se difere das demais que o defendem, por trazer em seus escritos a vida do seu povo. Silva (2016) nos apresenta essa diferença da seguinte maneira:

A produção da literatura indígena insere-se num grupo: o indígena. Daí sua singularização e denominação. Difere de outros dois: indianista e indigenista. No indianista, está uma produção literária brasileira que se esforçou num dado período histórico a construir uma imagem e identidade de índios e caracteriza-se por autores não índios. O grande representante desse grupo é José de Alencar. O grupo indigenista caracteriza-se pela informação sobre os índios para não índios. A obra de Alberto da Costa e Silva é um exemplo (SILVA, 2016, p.39).

É possível perceber as formas e fases da literatura indígena e como ela foi ganhando identidade através da escrita de diferentes autores. A citação caracteriza que a produção indígena, coerentemente, como aquela originada por autores indígenas. É importante refletirmos sobre como o Brasil, em geral, e as escolas, em particular, recebem e/ou conhecem tal produção.

Thiél (2012), enfatiza que a literatura indígena pode ser dividida em três vertentes. A primeira diz respeito à literatura indígena para leitores também indígenas; a segunda diz respeito às obras feitas por autores intermediários; e a terceira que são obras escritas por autores índios que não vivem com suas tribos e que produzem literatura para leitores não índios. Desta maneira, podemos perceber por meio dessas vertentes a forma como a literatura indígena é produzida e encontra-se disponível para leitura. Nesse sentido, “entendemos literatura indígena como o conjunto de manifestações culturais que são reproduzidas por nossa gente em seus rituais, desenhos, cantos, danças, rezas, etc.” (MUNDURUKU, *on-line*,2013)

Portanto, podemos compreender o quanto a literatura é indispensável na formação do homem, e como literatura indígena quando inserida no contexto da sala de aula pode contribuir na formação de leitores multifacetários, além de ajudar a divulgar a história e cultura dos povos indígenas.

2.2 A LITERATURA INDÍGENA NO CONTEXTO DA LEI 11.645/2008

Munduruku (2012) no livro *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*, relata-nos como os indígenas, através de suas lutas diárias, conseguiram alcançar seus direitos. O autor divide a luta do movimento indígena em três décadas: 1970, 1980 e 1990.

Apesar dos primeiros passos terem sido dados em 1960, foi em 1970 que os indígenas começaram a lutar por seus direitos, além dos domínios de suas comunidades, pois, até aquele momento, os indígenas estavam dirigidos apenas para as dificuldades existentes entre seu povo e para isso buscavam resolver os seus problemas em nível local, dado que as comunidades indígenas tinham pouco alcance à realidade nacional. Nesse período (de 1970), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que é órgão ligado à Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) começou a criar estratégias de como reunir as lideranças indígenas cujo propósito, estava em discutir direitos negados em vários segmentos: território, saúde, educação, etc. Foi a partir dessas reuniões que os indígenas começaram a serem notados. Com o auxílio da CIMI, o movimento brasileiro indígena foi ganhando voz e força, adquirindo características próprias em assembleias.

Em 1980, foi criada a União das Nações Indígenas (UNIND)⁸, com representantes de diferentes povos das mais diversas regiões do Brasil. Esse órgão fez questão de acondicionar diálogos com as lideranças, ressaltando a existência e a sua união permanente dos povos indígenas na busca dos seus direitos. A década de 80 foi marcada por várias batalhas, gerando parcerias que ajudaram no fortalecimento da representatividade do movimento.

Já os anos de 1990, evidencia-se uma necessidade de cumprir as promessas feitas pela constituição nos anos anteriores, como por exemplo, os recursos destinados à educação e saúde. Foram criadas instituições que prestavam serviços ao governo empregadas por comunidades e povos indígenas. Inicialmente gerou-se certa dificuldade na organização e planejamento, sobretudo no que se referia as prestações de contas dos recursos destinados a eles. Ocasionalmente com isso comentários negativos quanto ao poder de gerenciamento dos povos indígenas, que fez com que eles tivessem maior interesse em buscar capacitações no mercado de administração e recursos públicos.

A partir de então, o Estado começou a olhar de forma diferente para esses povos, pois muitos deles estavam buscando estudar, na tentativa de possuir uma formação acadêmica (curso superior) ou ter cursos técnicos; além disso, buscavam aprender sobre a formação da sociedade

⁸ Passados os anos a sigla UNIND passou a ser UNI, mantendo o mesmo nome: União das Nações Indígenas.

brasileira à qual pertenciam. Na realidade, a década de 90 passou a ser um momento de solidificação de projetos oferecidos pelo Estado brasileiro. À época, esses projetos eram oferecidos por comunidades, e buscava em seu bojo proteção territorial, formação de professores bilíngues, realização de cursos de formação profissional destinados à capacitação e treinamento de pessoal indígena para assumir serviços e funções dentro de suas próprias organizações, entre outras. Entretanto, nesse mesmo momento, ocorriam reuniões que tentavam entender sobre o cenário político, pois ainda havia a necessidade de acabar com a situação que mantinham os indígenas sob tutela do governo, sendo impedidos de administrar seus negócios. Foi então que ocorreu a maior manifestação e mobilização já vista, denominada *Marcha Indígena*, que transitou por todo o Brasil, e terminou com a realização da *Conferência Indígena*.

A marcha era formada por uma caravana percorrendo inversamente o caminho feito na ocupação dos europeus. Conseguiu reunir 3.600 indígenas, promover reuniões e buscou sensibilizar a sociedade brasileira sobre a situação vivida por eles. Em relação a conferência, esta foi o grande desfecho, reunindo 6 mil indígenas, representando 140 povos de todo país, o que resultou na fixação de 868 propostas, das quais 216 foram tidas como urgentes, que visavam os direitos individuais e coletivos dos povos indígenas

Para Vilard e Dantas (2015) em consonância as ideias de Munduruku (2012), essas lutas e movimentos sociais por direitos se deram, sobretudo, porque no entorno social, eram vistos como homens e mulheres atrasados, com baixo intelecto e selvagens:

Desde as crônicas históricas dos jesuítas nos séculos XVI ao XVIII, os índios, termo genérico utilizado de forma ampla para designar de maneira incorreta e preconceituosa a diversidade de povos e culturas que habitavam estas terras há vários séculos, passou a designar os nativos aqui encontrados pelos portugueses após terem “descoberto” estas terras na memorável data de 22 de abril de 1500. Os índios, chamados também de gentios, bárbaros, selvagens, silvícolas, negros da terra, e uma gama de expressões depreciativas, foram considerados ao longo do período colonial e imperial, homens de intelecto atrasado e inferior, sem fé, sem rei e sem lei. Povos que viviam da barbárie, brigando um com os outros, e até mesmo devorando uns aos outros. (VILAR; DANTAS, *on-line*, 2015)

Esse recorte histórico nos leva a entender que suas histórias no Brasil começam com a chegada dos portugueses ao país. Esse grupo ficou sendo chamado de índio porque os portugueses achavam que tinham descoberto a Índia. A partir daí o índio foi obrigado a passar por um longo processo de transculturação⁹. A presença dos jesuítas os fizeram serem

⁹ Entendemos que o vocábulo —transculturação expressa melhor as diferentes fases do processo transitivo de uma cultura a outra, porque este não consiste apenas em adquirir uma cultura, que é o que a rigor indica o vocábulo

catequisados segundo o cristianismo e a aprenderem costumes, e uma fala que não pertenciam ao seu grupo étnico. Durante um longo tempo, foram caçados e escravizados, sendo obrigado a renunciar seus costumes e seu modo de viver.

E quando chegamos ao período republicano, a partir de **1889**, a história dos povos indígenas assim como dos afro-brasileiros morreu. Sim, não se ouve falar de história de índios e negros após **1888**. E ao longo de todo o século XX, a imagem que o povo brasileiro têm sobre o índio é a mesma do século XVI, praticamente não mudou nada desde então. Mas, isso veio a mudar, a partir de 1988, com a promulgação da **Constituição de 1988**, a qual garantia direitos antes negados aos indígenas, e na década de 90, viu-se a reformulação da educação brasileira a partir da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, decretada em **1996**, marcando o início de uma nova fase da política, gestão e legislação da educação brasileira. (VILAR; DANTAS, *on-line*, 2015, grifo do autor)

A partir da LDB nº 9.394/96 que os primeiros aspectos legais sobre a educação indígena começam a ser pensados na educação brasileira. Isto veio também como uma política de reparo, uma vez que sempre fora negligenciado e negado aspectos da sua história, bem como seu acesso. Em consonância com a LDB veio a lei nº 11.645 de 10 de março 2008 e as Diretrizes Nacionais Curriculares para Educação Escolar Indígenas. Estas leis e diretrizes são as que melhor reparam a educação escolar formal desse grupo étnico, e foram elaboradas com a intenção de amenizar o preconceito criado em cima da figura dos povos indígenas e afro-brasileiros. Simboliza a urgência da valorização da história de nosso povo, aqueles que contribuíram de forma significativa na construção da história de nosso país, além de destacar a variedade de povos aqui existente.

Embora a lei 11.645/2008 já esteja em vigor há certo tempo ela ainda aparece de maneira tímida. Conforme Silva (2012), mesmo com a sua elaboração, persistem vários desafios para sua efetivação, a começar pela capacitação dos profissionais nas várias instâncias governamentais (federais, estaduais e municipais), seja num sentido de graduação (licenciaturas) como de formação continuada (cursos de extensão e outros). Rosa (2015), explica que, apesar disso, o projeto de lei 11.645/2008 é também uma oportunidade de inserir a leitura e escrita do indígena no contexto escolar:

angloamericano —aculturação, mas implica também necessariamente a perda ou o desligamento de uma cultura precedente, o que poderia ser chamado de uma parcial desaculturação, e, além disso, significa a consequente criação de novos fenômenos culturais que poderiam ser denominados neoculturação. (POLASTRINI, 2011, *apud*, RAMA, 2001, P. 216).

[...] pode significar a partida e o caminho para oportunizar a leitura e a escrita do “índio” não mais pelo outro, mas por meio de sua própria autoria, proporcionar uma relação dialética e dialógica na convivência com alteridades e encontros presentes nas diversas manifestações discursivas e estéticas e instaurar uma perspectiva intercultural voltada para a criação de uma nova subjetividade, aberta aos caminhos das multiplicidades, do trânsito do saber, da ampliação do ser e de sensibilidades. (ROSA, 2015, p.11)

A literatura indígena é a forma mais eficaz de desmitificar todo aquele estereótipo criado sobre esses povos. É mostrar que o indígena não é uma figura apenas do passado, que, ao invés disso, ele é uma figura cada vez mais presente na construção da história de nosso país, e que pode nos ensinar muito mais do que imaginamos.

A lei deixa claro que o trabalho deve abordar a cultura e a história indígena especificamente nas disciplinas de educação artística e de literatura e história brasileira e, para isso, é necessário refletir a melhor forma de inseri-la em tais disciplinas.

Na disciplina de Língua Português, por exemplo, suas narrativas podem ser grandes aliadas no auxílio do letramento, além de ajudar na compreensão de textos e desenvolvimento do aluno, partir de textos literários. Já na disciplina de História pode evidenciar a diversidade entre os povos existentes no Brasil; ressaltar a importância dos povos indígenas na construção da história de nosso país; realçar os costumes e o modo de viver desse povo; e buscar acabar com os estereótipos criados sobre eles. Em artes suas pinturas tradicionais sempre acompanhadas de textos mexem com imaginário e ajudam na compreensão de textos, além de ajudar na produção literária oral. Outras disciplinas curriculares como o Ensino de Ciências podem trazer contribuições quanto ao cultivo da terra, produção de remédios caseiros, pesca, entre outros.

Nesta perspectiva, abordar a temática indígena a partir da literatura no âmbito escolar, é poder mostrar ao aluno que se pode estudar uma só temática de formas diferentes e em todas as disciplinas, trabalhando assim, com a interdisciplinaridade. Segundo os PCN's Temas Transversais (2000) os trabalhos com a interdisciplinaridade, assim como a transversalidade, são de suma importância no ensino, pois elas trazem para a escola a necessidade de se refletir assuntos importantes para a sociedade, que contribuem na formação de um aluno crítico e pensante. Além do mais, os temas trabalhados transpassam a prática educativa responsável pelas relações existentes entre alunos, professores e a comunidade na qual ambos estão inseridos, fazendo a reflexão sobre esse contexto de vida.

A essas colocações Santos (2017) discorre que “a literatura indígena é uma leitura agradável e rica de múltiplas modalidades discursivas que expande horizontes, promove a

reflexão do leitor e faz também um diálogo interdisciplinar de conhecimentos”; assim, é o trabalho interdisciplinar que irá propiciar ao alunado a curiosidade e apreciação da leitura, literatura, história, de homens e mulheres indígenas, viabilizando assim, saberes acerca de nossos nativos.

2.3 O INDÍGENA: DO LIVRO DIDÁTICO AO LITERÁRIO

O primeiro contato com a figura do índio na escola vem através de conteúdos expostos nos livros didáticos da disciplina de História, que até hoje apresenta de maneira resumida e, muitas vezes, preconceituosa a história do índio no Brasil. Em seguida, o índio começa a aparecer como um personagem com um pouco mais de visibilidade, nas obras de grandes escritores da literatura brasileira, como José de Alencar e Gonçalves Dias; porém sua imagem ainda construída pela visão do outro.

Freire (2002) explica que a representação que cada brasileiro tem do índio é prioritariamente aquela que foi transmitida na sala de aula, com a ajuda do livro didático. É através do livro didático que temos nosso primeiro contato com a figura indígena, e é com ele que construímos nossa visão sobre eles. Por vezes, esses que deveriam contribuir de maneira significativa na formação da identidade indígena, faziam e fazem o papel oposto. De acordo com Carvalho (2007) esses livros transmitem uma ideia de extermínio e desaparecimento dos indígenas, e que omitem esse contexto na realidade de hoje. Já Grupioni (1993), relata que eles sempre remetem ao passado, e também não existe neles uma imagem concreta do índio:

Os livros didáticos produzem a mágica de fazer aparecer e desaparecer os índios na história do Brasil. O que parece mais grave neste procedimento é que, ao jogar os índios no passado, os livros didáticos não preparam os alunos para entenderem a presença dos índios no presente e futuro. E isto acontece, muito embora as crianças sejam cotidianamente bombardeadas pelos meios de comunicação com informações sobre os índios hoje. Deste modo, elas não são preparadas para enfrentar uma sociedade pluriétnica, onde os índios parte de nosso presente e também de nosso futuro, enfrentam problemas que são vivenciados por outras parcelas da sociedade brasileira. (GRUPIONI, 1995, p.489).

Assim, falta abordar no livro didático a forma real como o índio vive e é tratado na sociedade. É preciso dizer que ele ainda é uma figura presente no Brasil, apesar do esquecimento, mostrando as muitas faces – identificação étnica, suas línguas e linguagens, suas formas de convivialidade, e de socialização e organização da cultura. Há aqui uma necessidade de traduzir algo forjado, que já pode ser evidenciado por meio das inúmeras reivindicações,

sobretudo no sentido legislativo, pois este, busca mudar a construção do estereótipo indígena no âmbito escolar e social. Guesse (2013) aclara que as mudanças nas leis geraram transformação no contexto educacional, haja visto que a cultura e tradição passam a ser visualizada e valorizada na literatura escrita, e na produção dos livros didáticos. Contudo, Maher (2005) nos diz que:

Embora, felizmente, alguns livros didáticos publicados mais recentemente já não trabalhem mais com a fantasia, vários deles, ignorando o fato de que os povos indígenas estavam aqui antes de Colombo e, portanto, muito antes de Cabral chegar, descrevem, para nossos alunos, a “descoberta” de nossas terras, quando deveriam descrever a invasão. (MAHER, op. cit., p.13)

Mesmo com uma atualização nos livros didáticos, ainda existem aqueles que continuam mostrando a imagem indígena como aquele que vive no passado e que aparece na história do Brasil como personagem secundário. É necessário acabar com a mistificação de que só existe uma versão do descobrimento do Brasil, e de que somente ela é verdadeira, e nela devemos acreditar. Medeiros (2012, p. 51) na tentativa de desmitificar isso chama a atenção para o fato de que “a educação é um meio de superar os preconceitos sofridos pelos povos indígenas e as ideias equivocadas ao seu respeito, veiculando informações que permitam reconhecer, conhecer, respeitar e valorizar a diversidade”.

Nesta perspectiva, se inserida no âmbito escolar de forma correta, a literatura indígena pode ajudar de maneira expressiva a formação do leitor, minimizando o pré-julgamento existente com os povos indígenas. Do mesmo modo, os livros didáticos que acoplado ao estudo literário podem dirigir um projeto contador de diferenças no fazer pedagógico. É preciso esclarecer sobre a produção literária que de acordo com Lima (2012) por volta do final dos anos de 1970, diversos livros produzidos por autores indígenas foram criados e publicados no Brasil, a exemplo, *Aypapayũ' ãm' ãm ekawên: histórias dos antigos*¹⁰, organizado por Amâncio Cabá, Catarisa Sau, Jacinto Ikopi, Apolônia dos Santos e Martinho Burum, cuja primeira edição é de 1978. Desde então, vêm-se fazendo pesquisas de obras literárias e a relação da história indígena e a produção escrita, salientando o contexto da realização e recepção dos livros. Para Cagneti e Pauli (2015):

¹⁰ Esta publicação, apresenta três volumes, em língua munduruku e em português, e registra histórias do povo, Munduruku. A mesma está disponível para leitura no seguinte sítio: <http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/Aypapay%C5%A9%60%C5%A9m%60%C5%A9m%20%20ekaw%E1%BA%BDn%20%20Hist%C3%B3rias%20dos%20AntigosMunduruk%C3%BA%20vol%202.pdf>

A literatura indígena brasileira, embora ainda com um número reduzido de títulos, já é bastante significativa, se consideramos o pequeno espaço de tempo entre início de sua produção e os dias de hoje. Como se sabe, essa literatura é tradicionalmente oral, e pode-se dizer que há mais ou menos uma década é que vem sendo produzida como escritura. (CAGNETI; PAULI, op. cit, p. 47)

Apesar de vista como um tipo de literatura ainda nova e com poucos títulos, esta já apresenta um poder significado relacionado à leitura, pois, aos poucos, vem ampliando sua produção e ganhando espaço. Cagneti e Pauli (2015) nos apresentam como a literatura aparece na forma escrita:

O procedimento da criação da literatura indígena, de modo geral, tem a marca do cotidiano, as bebidas, a vida acontecem dentro da história. As narrativas começam com um caminho, de repente muda a história, e outra história entra, e às vezes personagens entram e desaparecem sem cerimônia pra não explicar nada. E é nesse modo de registrar que encontramos a literatura indígena. (PAULI, 2015, p.20)

A autora nos mostra a riqueza que existe dentro da literatura indígena e como ela pode trazer, a partir de um mesmo assunto, inúmeros outros que se encaixam perfeitamente, de modo que poderia estar, também, na produção do livro didático, sobretudo no que concerne a história do índio no Brasil. Essa produção literária é rica em conteúdo, tem seu tom de originalidade e se apresenta de forma interdisciplinar fazendo com que se possa trabalhar com ela com todos os públicos, do infantil ao adulto, pois “cada vez mais híbridos, os livros infantis e juvenis, hoje, mesclam diferentes linguagens, recursos e procedimentos, adaptando-se perfeitamente ao modo de pensar dos indígenas[...]” (CAGNETI;PAULI, 2015). Para o restante da população (os adultos) o estudo da literatura indígena serve como porta para o conhecimento não só de um povo, mais de uma cultura que foi por muitos anos esquecida e desvalorizada. Por isso, como nos afirma Medeiros (2015):

[...] é importante estudar os povos indígenas porque os não índios tem direito de conhecer a diversidade e de saber que os seus modos de viver e pensar não são os únicos possíveis, os principais adequados e de que as pessoas são diferentes (MEDEIROS, 2015, p. 50-51)

Nesse viés, estudar a literatura indígena é redescobrir a história do nosso país, ao mesmo tempo em que se descontroem os aprendizados ensinados pelo livro didático – retrato do índio nu e que ainda vive na floresta sem acesso as outras culturas e povos, e nenhum tipo de tecnologia. Enfim, embora não seja tão reconhecida como merece, hoje a literatura literária indígena é

ampla, apresentando escritores com diversas obras que atingem públicos da mais diversas faixas etárias. Podemos destacar: Munduruku, Jekupé, Potiguara e Thiel; esses produzem obras voltadas para a história dos povos indígenas com uma nova visão, ajudando a acabar com aquilo que está impregnado nos livros didáticos.

3. DA LEITURA LITERÁRIA AO FAZER DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Este capítulo apresenta análises dos livros paradidáticos *Kabá Darebu* de Daniel Munduruku (2002) e *Amazonas no coração encantado da floresta* de Thiago de Mello (2005), voltados para o público infanto-juvenil, dos quais podemos encontrar características próprias da literatura indígena que podem contribuir de forma significativa no ensino e na valorização da cultura e história desse povo. Desse modo, nossa análise está voltada para a memória, o personagem, o lugar e as ilustrações presentes no livro.

3.1 KABÁ DAREBU: UMA LEITURA, UM ENCONTRO

Daniel Munduruku, autor do livro em análise, *Kabá Darebu* (2002), nasceu em Belém do Pará, na tribo Munduruku¹¹, e já escreveu 50 livros para crianças que falam sobre a temática indígena. Até seus sete anos de idade viveu entre a cidade e a tribo, depois foi morar na cidade para conseguir estudar. Daniel Munduruku é visto como um dos autores mais influentes da atualidade na literatura indígena brasileira. É formado em Filosofia, licenciado em História e Psicologia, Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-doutor em Literatura pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)¹².

Para ele, escrever sobre literatura indígena é uma forma de manter sua ligação com a cultura da sua aldeia. Sua criação literária atinge desde o público infantil ao acadêmico, com temas voltados para os direitos, educação e literatura indígena, ressaltando a importância de publicações com autorias indígenas. Daniel começou a escrever na intenção de poder quebrar tabus existentes sobre a literatura indígena, de mostrar como a cultura desse povo é essencial em nossos estudos¹³.

Sobre o livro em análise, trata-se de apresentar o pequeno índio chamado Kabá Darebu, que apresenta de forma dinâmica a história de seu povo, as escolhas de nomes, a tradição, e o cotidiano das pessoas que moram na sua aldeia. Além disso, traz leituras complementares que

¹¹ Os mundurucus, também chamados Munduruku, Weidyenye, Paiquize, Pari, Maytapu e Caras-Pretas, e autodenominados Wuyjuyu ou Wuy jugu, são um grupo indígena brasileiro que habita as áreas indígenas Cayabi, Munduruku, Munduruku II, Praia do Índio, Praia do Mangue e Sai-Cinza, no sudoeste do estado do Pará.

¹² O autor já viajou por vários países da Europa, esteve em conferências e ministrou oficinas culturais para crianças, além de ter inúmeras obras disponíveis como material paradidáticos em escolas de todo o Brasil. Munduruku já ganhou inúmeros prêmios no Brasil e exterior, em 2004 foi presenteado com uma festa, em umas das feiras do livro mais importantes do mundo, na Itália, criou um projeto chamado leve um índio para sua escola e abriu uma editora para publicar livros indígenas.

¹³ Dentre suas 50 publicações, a que tem mais destaque é o livro *Meu avô Apolinário*, que foi premiado com a menção honrosa pela Unesco, no Prêmio Literatura para criança e jovens na questão da tolerância.

mostram curiosidades, receitas com ingredientes típicos da cultura indígena, fala da diversidade de povos que existe no Brasil e de como o índio foi e ainda é importante na história do Brasil. O livro ainda apresenta ilustrações – desenhos indígenas que representa muito bem a maneira como o índio direciona seu olhar para as coisas ao seu redor.

3.1.1 Kabá Darebu: “Meu povo vive na floresta”

Daniel Munduruku inicia a história apresentando Kabá Darebu, o menino indígena, ao mesmo tempo em que destaca que o seu nome foi escolhido pelo seu avô: “Recebemos os mesmos nomes dos nossos antepassados e meu avô escolheu ele pra mim”. (MUNDURUKU, 2002, p.1); o que de início nota-se a presença dos mais velhos no cotidiano, e o sentido de respeito quando as tradições do grupo étnico, conforme verifica-se na figura abaixo.

Figura 01: Kabá Darebu: início da história



Fonte: Livro do autor da obra

Destacando o nome do lugar onde Kabá Darebu mora – Munduruku – é possível perceber uma ligação do autor com o lugar, pois este se manteve na tribo até a sua adolescência. O lugar onde a aldeia fica localizada é no Amazonas que, segundo o censo 2010 do IBGE, acolhe cerca de 306 mil indígenas que vivem em sua maioria na zona rural. Apesar de várias tribos que moram na região conviverem com a cultura externa, elas ainda permanecem com as principais características de vida de seus ancestrais. A agricultura, a caça, a pesca e os vegetais são os meus de subsistência do grupo, o que ela a entender o destaque do autor no que se refere a alimentação, conforme vemos na figura 02.

Figura 02: Kabá Darebu: a alimentação

Além disso, a gente também gosta de raízes e frutas: mandioca, cará, batata-doce, milho, açaí, bacaba, cupuaçu.



De todas essas coisas, a que mais a gente gosta é da mandioca, com a qual se faz bastante coisa gostosa.

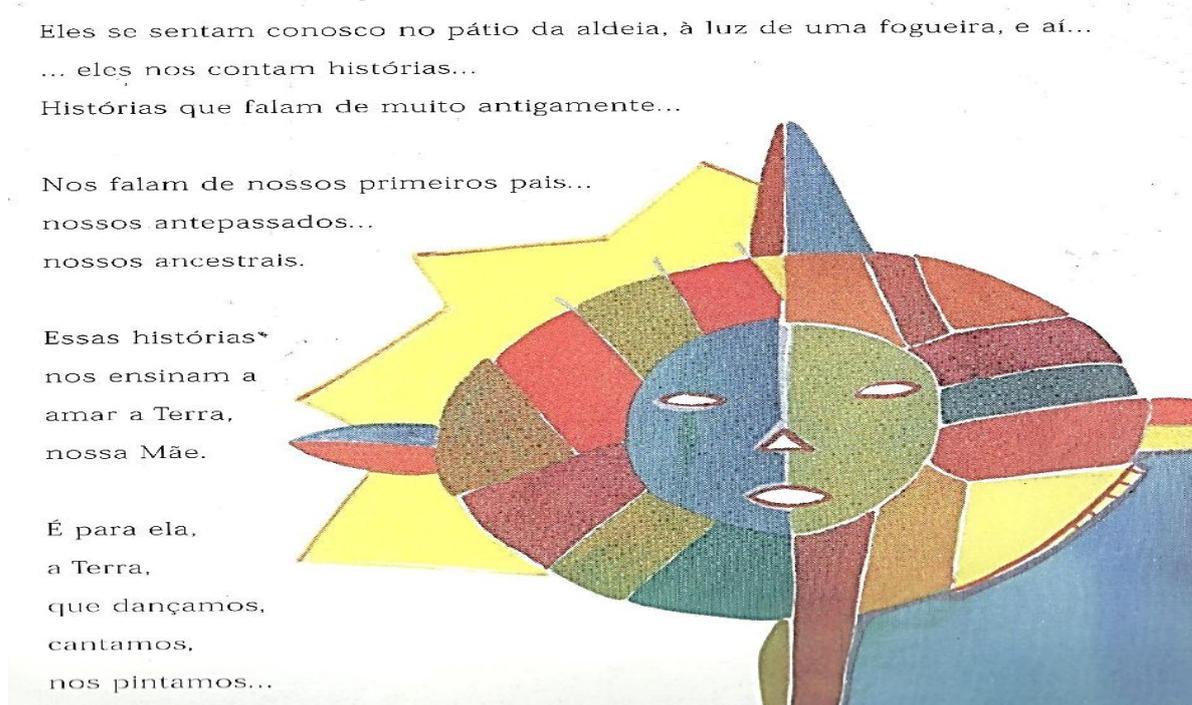
Fonte: Livro do autor da obra

Para Alves (2015) esse tema (figura 02) é propício porque aborda um resgate da influência indígena na alimentação e culinária do país, podemos fazer uma ponte entre os aspectos históricos passados e as condições de alimento hoje. Ele ainda afirma que causa muita admiração aos alunos descobrir, por exemplo, “que a mandioca era largamente cultivada no Brasil pelos índios e que os portugueses, chegando ao Brasil, se apropriaram desse alimento indígena como sua principal fonte de sustento”. (ALVES, op. cit., p. 49).

Outro aspecto a ser analisado na Figura 01 é a roupa do indígena, diferentemente do livro didático, a figura em questão acaba com a mistificação de que o índio ainda é um selvagem que vive em sua tribo andando nu. Segundo Grupioni (1995), nos livros didáticos a figura de negros e índios são sempre evidenciados no passado. Para o autor no livro didático “falar de índio é falar no passado” é apresentá-lo somente como personagem secundário, que aparece em função do colonizador. (GRUPIONI, op. cit., p.487)

No livro também podemos encontrar uma forma de mostrar o resgate da memória (Figura 03), ao mencionar uma tradição milenar do povo indígena, que são as narrativas orais em volta da fogueira – essencial nas comunidades e na edificação de suas histórias. Fica bem claro a ideia de tradição quando diz “Eles sentam conosco no pátio da aldeia, à luz da fogueira e ai... eles nos contam histórias ... histórias que falam de muito antigamente”

Figura 03: Kabá Darebu: Narrativas Oraís



Fonte: Livro do autor da obra

Munduruku (2012, p. 47) diz que a “memória é passada de geração a geração através de fragmentos que a compõem e que são ‘colados’ por uma concepção de educação que passa, necessariamente, pelo aprendizado social”. A questão de manter os tradicionais ritos, trata-se de uma forma de manter viva a memória dos antepassados e de atualizar os jovens sobre seus costumes. Essa memória é repassada através do principal meio de transmissão do saber, que é a tradição oral, esta que também se refere a produção de literatura indígena. Ao falar de tradição oral – processo narrativo, Thiél (2013, p. 1180) explica que trata-se de um “é construído com base na repetição, que assegura a continuidade do que é relatado; contudo, repetição não está aqui associada à imutabilidade, mas sim à reinvenção e atualização textual constantes.” Ou seja, constituem elementos de pensamentos fundados oralidade. Além disso, ainda podemos apontar nessa análise que ao trazer a figura do avô para o contexto da história, propõe a ideia que os mais velhos, representam de forma clara para os povos indígenas a memória, a sabedoria e as tradições que são passadas através de cada geração.

Outro elemento importante abordado no livro, é o processo de transculturação que o indígena teve que passar. Grupioni (1995) explica que a cultura é uma característica que nos diferencia dos animais, estabelecendo uma igualdade entre os seres humanos. Segundo o autor a cultura não é parada no tempo, ela se transforma através do homem que busca uma nova linguagem para dar significado as novas realidades que surgem com o tempo. Assim, ela não é

mais visto com um conjunto de regras fixas a serem seguidas. Isto é evidenciado (figura 04) quando diz – “hoje em dia tudo está diferente”. Além do mais, a ilustração do índio nu *versus* índio vestido vem confirmar esse processo de mudança – cultura dos brancos.

Figura 04: Kabá Darebu: Processo de Aculturação

É verdade que hoje em dia tudo está muito diferente!
 Nossas mães e avós contam que antigamente havia mais músicas, mais danças, mais festas.
 Isso antes dos **PARIWAT** (brancos) chegarem entre nós.
 Eles trouxeram muitas doenças que nossos pajés não conseguem curar.



Hoje em dia temos de andar com roupas que compramos na cidade, porque é perigoso andar nu, uma vez que as pessoas não sabem respeitar nosso corpo.

Fonte: Livro do autor da obra

De acordo com o portal indioeduca.org¹⁴ no que se refere a nudez dos indígenas, não pode ser um critério de denominação – ser indígena ou não ser indígena, considerando a dinamicidade da cultura.

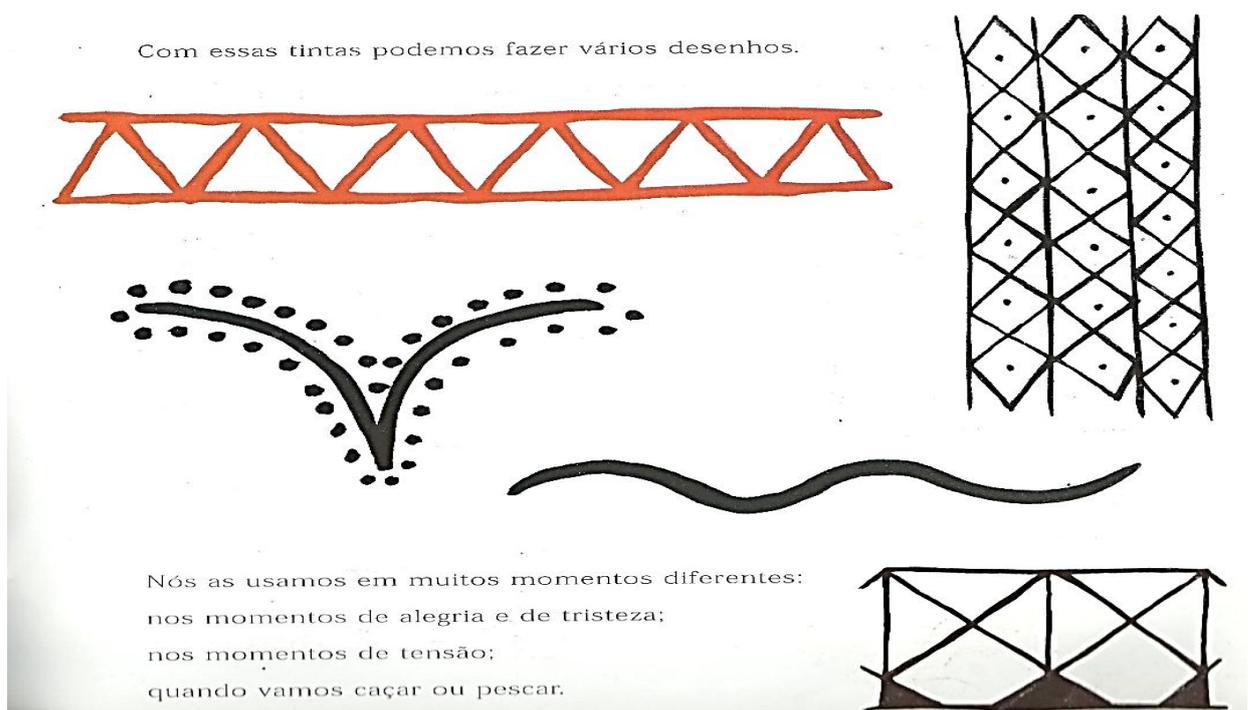
A realidade indígena nos dias atuais é bem diferente do passado, da mesma forma que os tataranetos dos portugueses que chegaram com suas caravelas nesse solo não se vestem hoje da mesma maneira que seus avós. Nós povos indígenas possuímos vestimentas tradicionais próprias e grafismos com os quais fazemos pinturas corporais, mas nossa nudez ou não nudez, não define ser indígena ou não indígena. Toda cultura é dinâmica, está sempre em constante movimento, mudando e se adaptando dentre os séculos. (Site [indioeduca.org](http://www.indioeduca.org), disponível em <<http://www.indioeduca.org/?p=13>>)

¹⁴ O grupo índio educa surgiu por meio de um edital com parcerias entre BrazilFoundation e Embaixadora dos Estados Unidos da América no Brasil, que veio atender ao Plano de Ação Conjunto Brasil – Estados Unidos, para a Promoção da Igualdade Racial e Étnica (JAPER). O grupo conta com o apoio da ONG THYDÉWÁ, e com a colaboração do Ponto de Cultura Viva: Esperanças da Terra, parceria entre a ONG Thydéwá e o Ministério da Cultura. O site foi criado em 2011, com o intuito de contar a verdadeira história e a cultura dos povos indígenas, por meio de diferentes fontes, e em particular a internet.

Comprava-se então que a realidade dos povos indígenas na época atual é diferente daquela vivida no passado. Ao longo dos anos eles tiveram que se adaptar a alguns costumes impostos pela sociedade, porém, não deixaram de lado suas tradições, crenças, rituais, etc.

Em todo o livro o escritor traz inúmeras pinturas, que segundo Thiél (2012) não se trata apenas de meras ilustrações, elas estão indicando a coletividade presente nos livros indígenas, ou seja, que são resultantes do conhecimento ancestral dos povos indígenas. Na página 15 do livro, por exemplo, ele destaca algumas (figura 05) abordando um visual de desenhos usados pelos povos Mundukurum. Estes geralmente são feitas no corpo ou objetos de uso entre os membros da aldeia, e podem ser utilizados para efeitos dos corpos, festejos e rituais diversos. Podemos destacar na narrativa este fato com o autor coloca “nós as usamos em muitos momentos diferentes: nos momentos de alegria e de tristeza; nos momentos de tensão: quando vamos caçar ou pescar”.

Figura 05: Kabá Darebu: Pinturas Índigenas



Fonte: Livro do autor da obra

É importante ressaltar que cada tribo e cada família desenvolvem padrões de pinturas fieis ao seu modo de ser. Podemos confirmar isso na fala de Cagneti e Pauli (2015) quando nos diz que existem diferentes tipos de pinturas, feitas pela mas diversas razões, segundo ela:

[...]alguns povos indígenas se pintam com traços e linhas, outros, com pingos (imitando as pintas das onças, como é o caso dos Matis), outros que praticamente pintam todo o corpo, dependendo do rito, da emoção, do sentimento ou das comemorações e circunstancias religiosas. Além disso, existem aquelas

pinturas que distinguem castas sociais e motivos de guerra. (CAGNETI; PAULI op. cit., p.15,16)

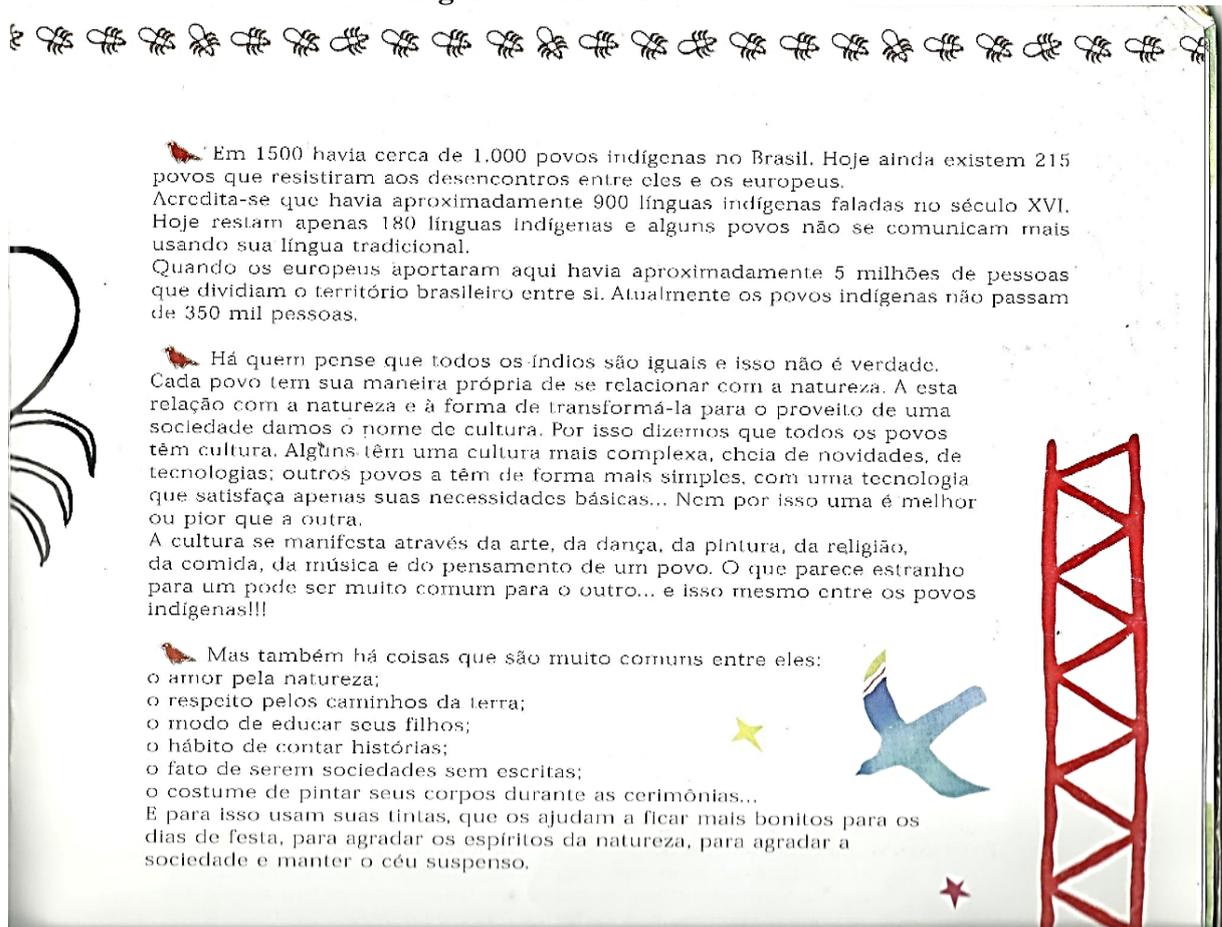
Isso nos faz notar mais uma marca da literatura indígena, as ilustrações, que representam uma característica presente em um número significativo de obras indígenas. Guesse (2001) destaca que as ilustrações ganham a mesma importância do conjunto textual, pois nos livros literários há um diálogo entre a palavra – escrito e as imagens.

Uma característica significativa dos livros de literatura indígena é o diálogo entre os textos escritos e visuais; a grande maioria das narrativas é acompanhada de desenhos bem coloridos, feitos pelos próprios índios. Para os indígenas, as ilustrações têm a mesma importância das histórias escritas e, em alguns casos, possuem um significado cultural. Há ainda algumas comunidades que consideram o texto escrito como uma complementação ou “ilustração” do texto visual. (GUESSE, op. cit., p. 2)

Os símbolos desde os primórdios dos tempos tem a função de trazer para as civilizações sua história, como forma de manter registrado tudo o que é necessário ser contado. Assim, para os indígenas os desenhos falam mais que as palavras, os mesmos utilizam símbolos como forma de afirmação de sua própria identidade, de sua própria cultura. Ademais, podemos perceber que o livro apresenta aspectos coerentes com a lei nº 11.645/08 no que se refere ao ensino para esses grupos étnicos. Neste sentido, as figuras aliadas ao texto funcionam com uma espécie de complemento na construção da escrita. Muitas vezes ela fala mais que o próprio texto e por meio delas também é possível interpretar palavras que por vezes não conhecemos.

Para finalizar, o autor apresenta algumas informações sobre os povos indígenas. Como podemos perceber no trecho seguinte: *Há quem pense que todos os índios são iguais e isso não é verdade. Cada povo tem sua maneira própria de se relacionar com a natureza.* O trecho mostra que ao contrário dos que muitos é passado nas escolas, o povo indígena não é um só, cada tribo tem seus costumes e crenças diferentes. Confirmamos isso na fala de Cagneti e Pauli (2015) quando dizem que com os povos indígenas “não existe uniformidade, definitivamente, mas a escola insistiu por muito tempo em padronizar tudo que por lá passa, e em especial a cultura indígena.

Figura 06: Kabá Darebu: Curiosidades



Fonte: Livro do autor da obra

Essas informações adicionais mostra uma ausência delas nos livros didáticos, permitindo ao leitor além de um deleite a narrativa, conhecimento somáticos a povos indígenas, o que podemos aqui reafirmar a importância do uso da literatura indígena no contexto do ensino formal.

3.2 O CORAÇÃO ENCANTADO DA FLORESTA: PARA CADA PÁGINA UMA LENDA

A obra *Amazonas no coração encantado da floresta* (2012) de Thiago de Mello trata-se de um exemplar constituído por 6 lendas, das quais selecionamos duas que apresentam aspectos da literatura indígena, importantes na construção da cultura e história desse povo. O autor da obra nasceu em 30 de março de 1926 na cidade de Barreirinha, localizada perto do rio Amazonas, e é reconhecido como um dos poetas mais influentes e respeitados do país, e considerado um grande representante da literatura regional, sendo um poeta que falava constantemente sobre os direitos humanos.

Quando criança Thiago foi morar em Manaus, e foi nesse lugar que deu seus primeiros passos nos estudos, no Grupo Escolar Barão do Rio Branco. Já mais jovem foi morar no Rio de Janeiro e iniciou seus estudos na faculdade Nacional de Medicina. O escritor começou a escrever e preferiu seguir a carreira de poeta, abandonando de vez a faculdade de medicina. Ao longo dos anos em seus poemas, ensaios, e em ativismo social e político sempre fez questão de deixar claro, que ele é com muito amor, um grande defensor da sua região natal, retratando-a como uma reserva ecológica de grande valor para toda a humanidade.

Nos anos de 1950 ele publicou o poema intitulado *Tenso por meus olhos* na primeira página do Suplemento Literário do jornal carioca Correio da Manhã. Em 1951 publicou *Silêncio e Palavra*, que foi seu primeiro livro de poesia. Desde essa época, seu talento e a criatividade só cresceu. Sua coleção *Vento Geral* contém uma dúzia de livros que foram publicados antes de 1981. Suas obras foram traduzidas em vários idiomas, entre eles o inglês, o espanhol e o francês.

Dentre suas inúmeras obras optamos por analisar o livro *Amazonas no coração encantado da floresta* que trata-se de uma junção de lendas de origem indígena, presentes entre os habitantes do Amazonas. O livro com inúmeras gravuras conta de forma fácil e dinâmica histórias sobre a floresta e os seres que nela habitam.

3.2.1 A materialidade das lendas: os encantamento narradas por Thiago de Mello

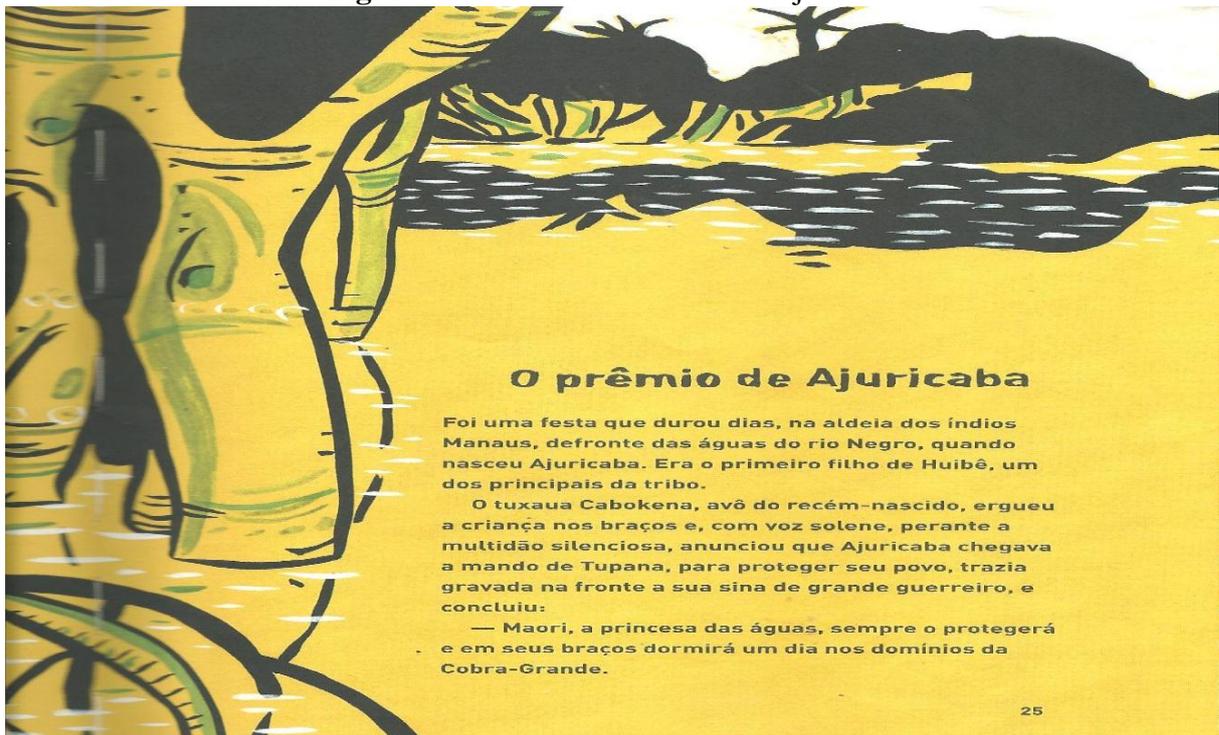
As lendas apresentam uma grande contribuição no cenário da literatura brasileira, visto que vários autores as utilizaram na construção de suas obras, como por exemplo José de Alencar; além delas serem grandes representantes do conhecimento indígena. Geralmente contadas oralmente, caracteriza um resgate das histórias narradas pelos ancestrais, pois a cada vez que elas são recontadas, permitem que os mais jovens possam conhecer um pouco do passado.

Para Alves (2015) as lendas amazônicas são de origem cabocla ou indígena e que elas são repassadas há anos pelos habitantes da região, tornando-se cada vez mais presentes entre eles, pois fala da comunidade, da voz da terra que eles tanto conhecem, dos costumes familiares que reúnem e unem as comunidades. O autor ainda ressalta o valor das lendas para o ensino, chamando a atenção para o fato de como elas auxiliam no entendimento de como os povos indígenas vivem: “[...] as lendas, as crônicas – além de contribuir para a ampliação do vocabulário e repertório dos alunos, os aproxima de uma forma de narrativa mítica inerente a esses povos, apresentando elementos da cosmogonia indígena.” (ALVES, 2015, p. 49).

Nesta perspectiva, o trabalho com as lendas permite aos alunos conhecer uma nova face dos povos indígenas ainda não vista, mostrando o vasto vocabulário, os costumes presentes nas comunidades e a forma que eles utilizavam para falar sobre a existência do mundo e das coisas.

A primeira lenda que vamos analisar (figura 07), trata-se do *Prêmio de Ajuricaba*, um personagem indígena que ficou conhecido como o herói do Amazonas. Ajuricaba foi um líder indígena que se recusou a aceitar o que era imposto pelos europeus e travou uma luta incessante contra eles, preferindo morrer a ser escravo.

Figura 07: Amazonas: Prêmio de Ajuricaba

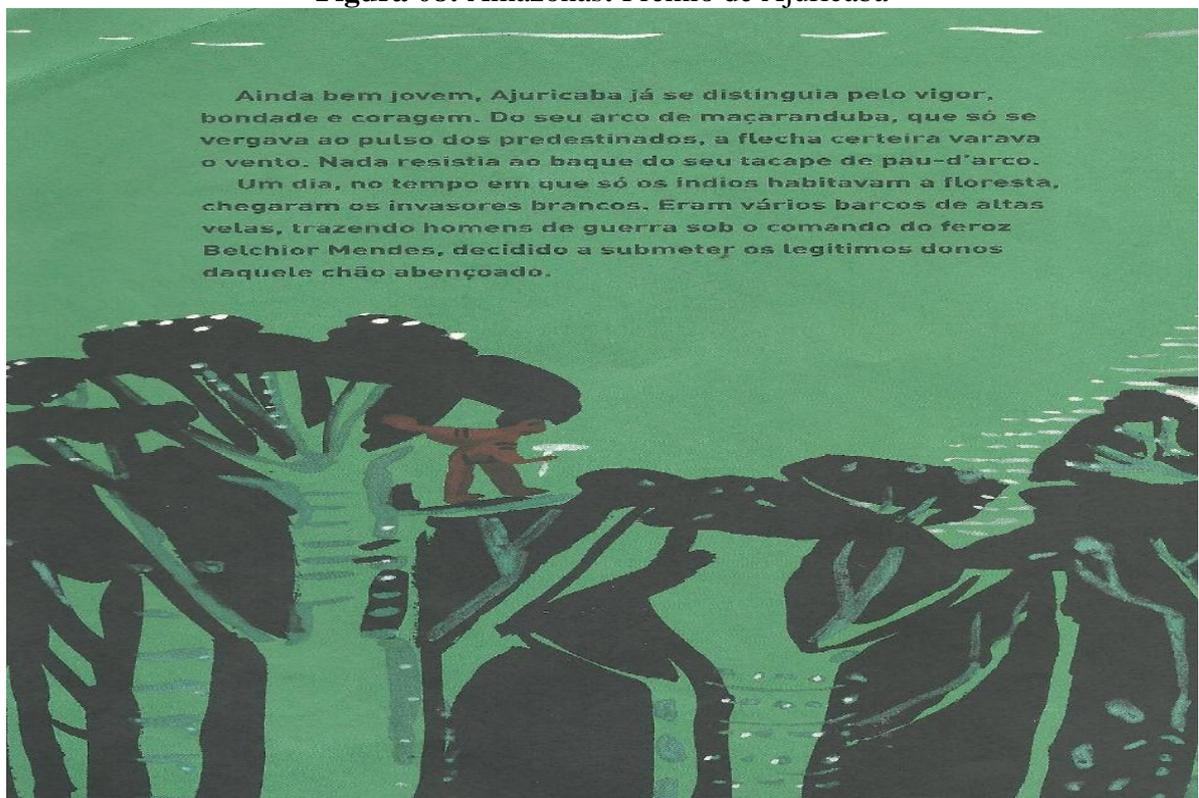


Fonte: Livro do autor da obra

A leitura dessa lenda remete a um resgate da memória cultural indígena, reforçando o valor da significação memória cultural. Cagneti e Pauli (2015) diz que “a memória sempre foi soberana ao nos dar o sentido de pertencimento a um grupo ou espaço” ela é responsável por assegurar a identidade, evidenciando nossas raízes, que podem recordar quem somos e como somos. Para a autora a memória é, sem dúvidas, o fator mais significativo das narrativas ancestrais. Nesse sentido, o trabalho com a memória cultural mostra o valor das histórias construídas e repassadas através da oralidade. Falar dela nos mostra a dimensão da cultura de um povo que ressalta diariamente importância de manter presente na comunidade os costumes passados de geração em geração ao longo dos anos. Para Silva (1981) ao falamos de memória construídas pelas narrativas da oralidade, estas “[...] reúne as pessoas e faz com que educar e aprender sejam atividades coletivas, comunitárias (SILVA, op. cit., 11-12).

Na figura 08, continuidade da lenda Prêmio de Ajuricaba, a figura do indígena é destacada como um jovem cheio de energia com um coração bondoso e cheio de coragem: “Ajuricaba já se distinguia pelo vigor, bondade e coragem”. Apresenta-se aqui, a exaltação da figura do índio, como aquele que luta e não baixa a cabeça para o colonizador, diferentemente do livro didático que segundo Grupioni (1995) traz a imagem de um índio “genérico, estereotipado, que vive nu no mato, mora em ocas e tabas, cultua Tupã e Jací e que fala Tupi e permanece predominantemente, tanto na escola como nos meios de comunicação” (GRUPIONI, op. Cit., p.483)

Figura 08: Amazonas: Prêmio de Ajuricaba



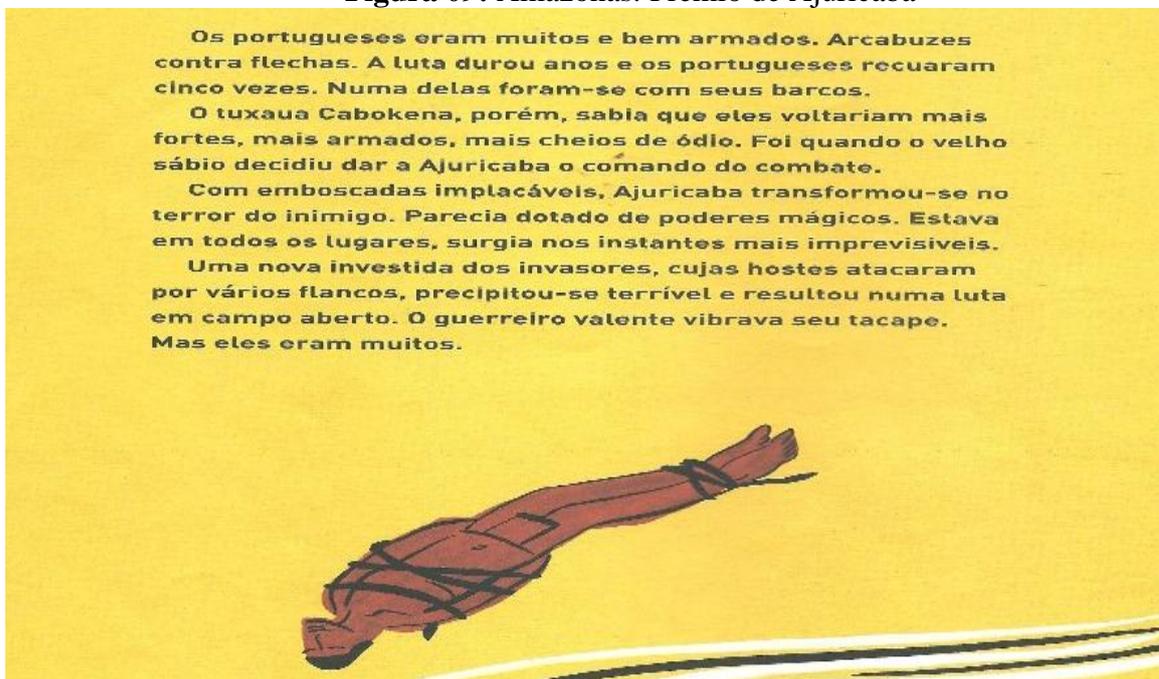
Fonte: Livro da obra do autor

Outro aspecto analisando, é como a lenda aponta a história do Brasil – a chegada dos brancos e portugueses –, mostrando uma visão de como os índios viram a chegada do europeu, ressaltando a intenção dos mesmos de habitar uma terra que já era habitada: “no tempo em que só os índios habitavam na floresta, chegaram os invasores brancos. Eram vários barcos de altas velas, trazendo homens de guerra sob o comando do feroz Belchior Mendes.” O que podemos notar é a escrita indígena sendo usada para falar sobre a sua visão do descobrimento, diferentemente do livro didático que mostra apenas a visão do colonizador. Guesse (2013) ediz que antes só sabíamos da história indígena através da escrita do branco, mas que o hoje o

indígena usa dessa “arma” do branco em seu favorecimento, usando-a para a valorização da sua cultura e de seus costumes.

Na figura 09, ao contrário do que se mostra nos livros didáticos, Ajuricaba e demais indígenas aparecem como sujeitos de luta: “os portugueses eram muitos e bem bem armados. *Arcacuzes contra flechas*” [grifo nosso]. Além disso, apresenta o período de luta como longo. Período esse que acompanha os indígenas até os dias de hoje: por direito à terra, à educação, à alimentação, à manter a tradição de seus povos. É preciso ressaltar que todas as lutas desde a vinda dos portugueses ao Brasil é marcada por sangue, morte negociação entre representante e lideranças políticas do país.

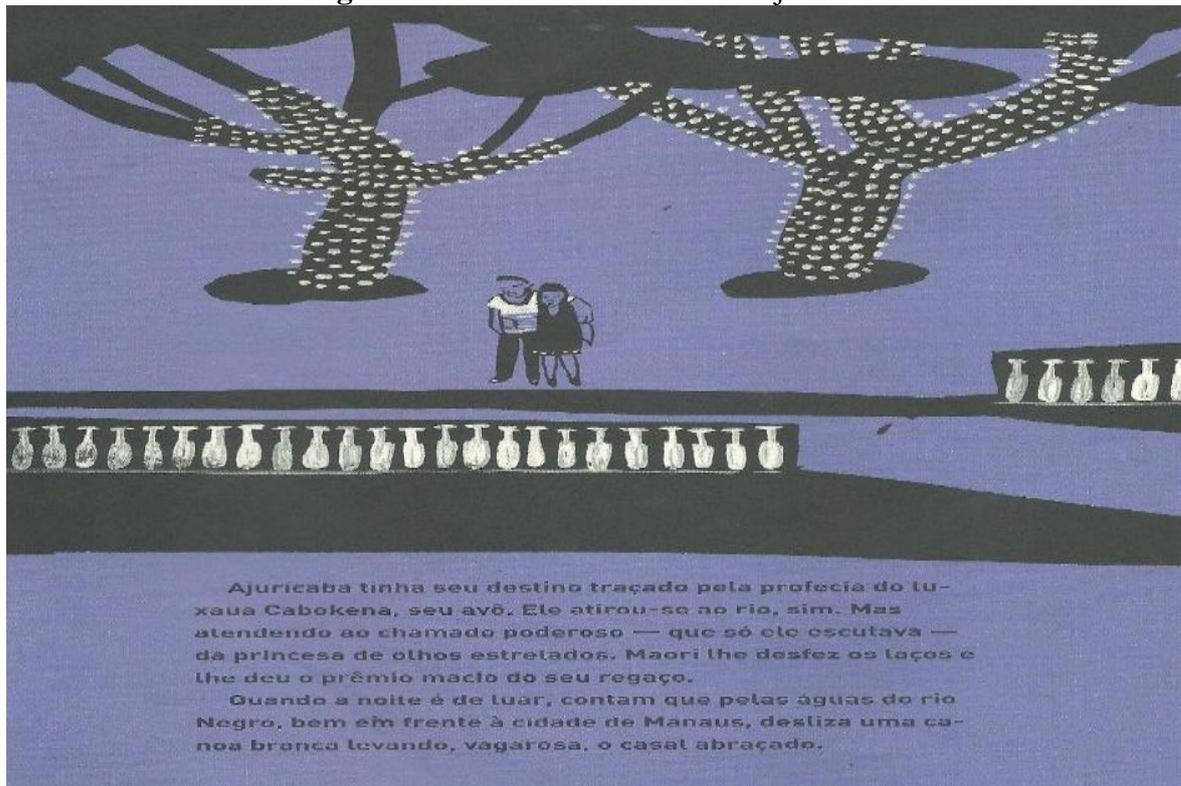
Figura 09: Amazonas: Prêmio de Ajuricaba



Fonte: Livro da obra do autor

A lenda é finalizada retornando a ancestralidade – a voz do avô, depois de ter vencido a guerra entre os brancos, cujo destino já estava traçado: “Ajuricaba tinha o destino traçado pela **profecia** do tuxaua, seu avô.” [grifo nosso]. Na lenda, a ideia de profecia, mostra as crenças dos povos, cuja ideia está na predição de futuro de alguém ou algo. Essa profecia é inspirada em algo divino ou algum divino, mostrando também aqui a questão da religiosidade dos povos indígenas – uma religiosidade mestiça. Para Cagneti e Pauli (2015) a ideia de circularidade sempre esteve presente na literatura indígena, e as crenças presentes na literatura indígena, comprova que a sociedade, independente de qual seja, precisa de crenças “para se sentir viva e parte integrante da teia formada pela humanidade”. (CAGNETI; PAULI, 2015, p.38)

Figura 10: Amazonas: Prêmio de Ajuricaba

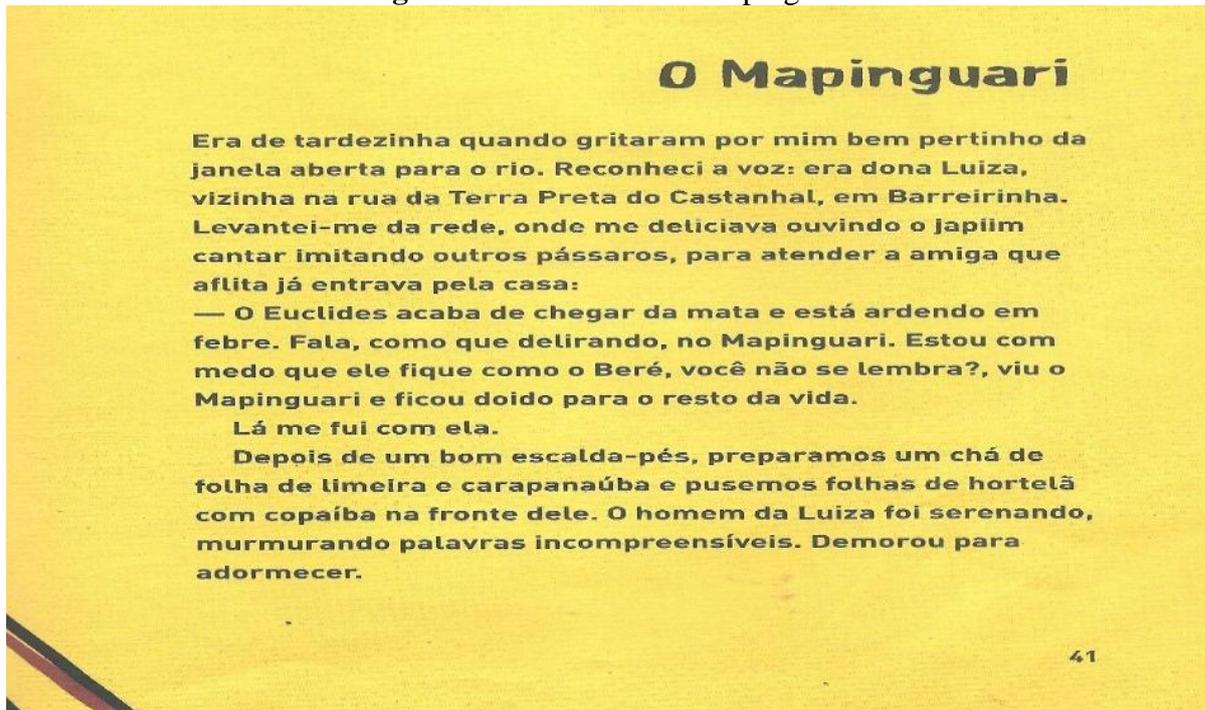


Fonte: Livro: Obra do autor

A lenda seguinte denominada *O mapinguari* fala de uma criatura muito conhecida pelo povo que mora perto da floresta. Mapinguara é uma criatura peluda, gigantesca que tem o umbigo localizado na testa. Ele é conhecido por ser uma criatura que segundo os indígenas vaga pela floresta durante a manhã, para guardar a noite.

A lenda teve início em Rio negro, localizado no estado do Amazonas, onde se encontra a maior concentração de povos indígenas e faz fronteira com outros países, como a Colômbia e a Venezuela. Na lenda podemos perceber que a imagem do índio é colocada como um grande guerreiro, diferentemente de livros didáticos que os mostram como personagens secundários na história de nosso país, conforme observamos também em imagens anteriores já analisadas.

Outro aspecto (figuras 11 e 10), é a presença dos ritos tradicionais desse povo, como o rito do escalda pés, fazendo-nos lembrar imediatamente da prática católica, no qual, Jesus lava os pés dos seus discípulos; a utilização das ervas para uso medicinal e cotidiano; o espaço de repouso – rede e o lugar de habitação; além das cores e desenhos utilizadas nas figuras. Todos eles são elementos característicos da literatura. Cagneti e Pauli (2015) explicam que nas obras indígenas a natureza é refletida como um tudo, trazendo “o homem, seres encantados e não encantados, plantas, terra e água.” (CAGNETI; PAULI, op. cit, p.23)

Figura 11: Amazonas: O Mapinguari

Fonte: livro da obra

Figura 12: Amazonas: O Mapinguari

Fonte: Livro da obra

Na figura 13, outro elemento característico da literatura indígena é a presença das palavras de origem indígenas como *Cabloco* que é uma denominação direcionada as pessoas de origem indígena; e *Cuida* palavra vinda do Tupi kúia, que é o fruto da kuieté, nome verdadeiro da cuia.

Figura 13: Amazonas: O Mapinguari



Fonte: Livro da obra

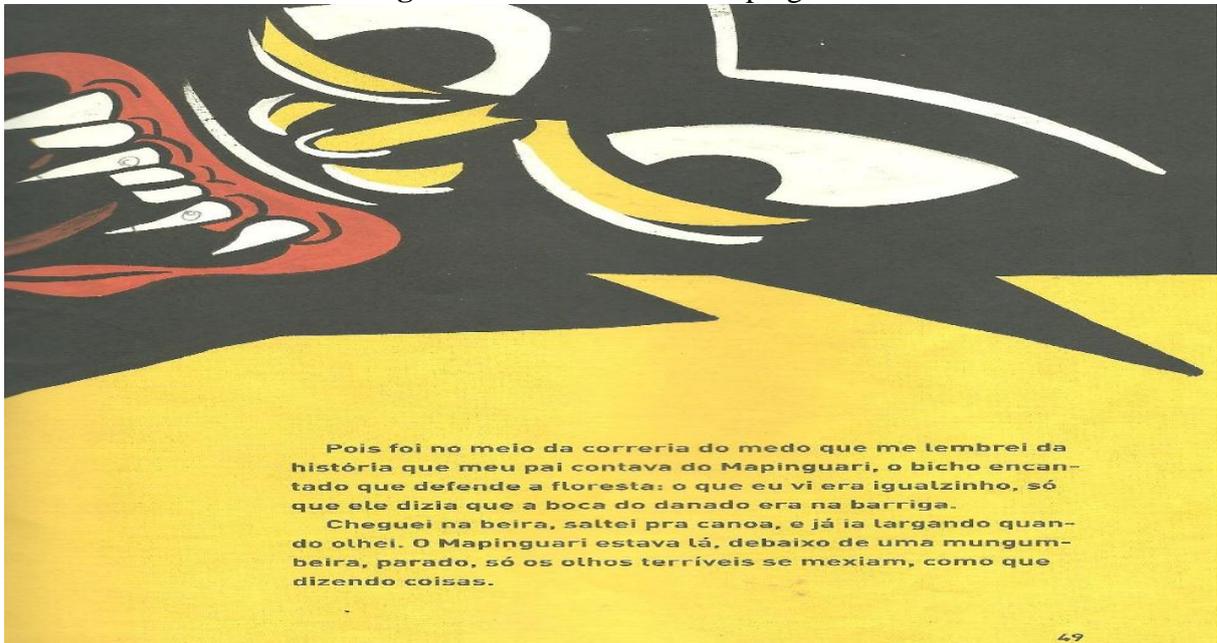
Alem disso, podemos observar algo típico dos costumes indígenas que são as receitas de uso medicinal, feitas para curar os mais diversos tipos de doenças. Isso pode ser averigado no seguinte trecho: “Encontrei o cabloco já sentado na rede, tomando numa cuia preta o seu “mingau de caridade” (fainha-d’água fervida, com uma colher de azeite e pimenta-do-reino), muito especial para dar jeito em corpo baqueado”.

Para Pereira e Cunha (2015 *Apud* Souza 1971) nos dizem que os costumes da prática medicinal no Brasil, destaca os diversos tipos de saberes adquiridos ao longo dos anos, e os indígenas primeiros habitantes desse país, são os grandes responsáveis dessa prática. Os indígenas tinham um olhar místico sobre todas as doenças existentes. Acreditando na fé e nas causas sobrenaturais, os indígenas desenvolviam rituais e cuidavam das doenças com o uso das plantas, e essa tradição foi e continua sendo repassada de geração a geração. (PEREIRA; CUNHA, *op.cit*, p. 128)

“Foi no meio da correria do medo que me lembrei da história que meu pai me contava do Manpinguari, o bicho encantado que defende a floresta” (Figura 13). É assim que o autor retorna a o enredo da lenda e aborda a importância da narrativa oral, passadas de pai para filho. Um outro fator a ser colocado é o espaço onde a lenda é contextualizado: a floresta, ambiente dos povos indígenas. As florestas, as matas geralmente faz parte desse tipo de gênero textual. Para Munduruku (2012) a leitura dos povos indígenas é a leitura do ambiente, pois eles entendem que ambiente é que dá todo sentido, segundo o autor a leitura ganha significado,

“quando ganha sentindo a leitura das pegadas dos animais, do voo do passáro, das vozes da floresta em suas diferentes manifestações”. (MUNDURUKU, op. cit, p.69)

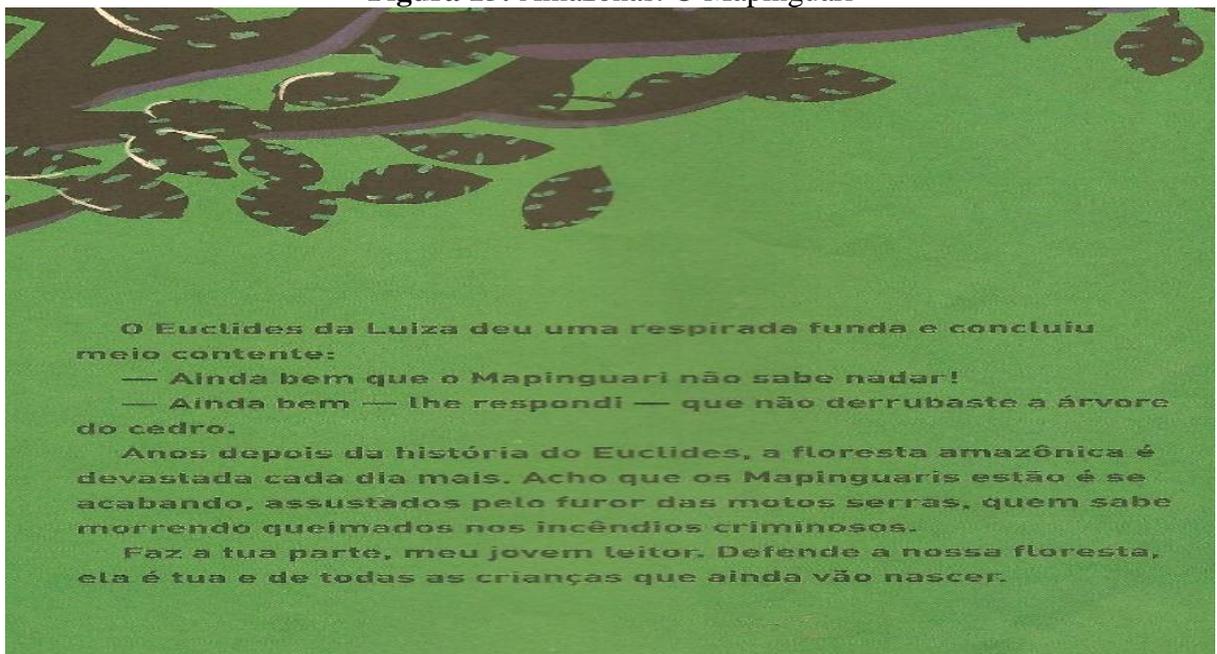
Figura 14: Amazonas: O Mapiinguari



Fonte: Livro da obra

Para concluir a lenda (figura 15) o autor faz um apelo referente a preservação da floresta, Amazônica aos jovens, pois além de ser parte de seu território, ao longo dos anos vem sofrendo uma grande devastação, fazendo com que ela desapareça aos poucos: “Defende a floresta ela é tua e de todas as crianças que ainda vão nascer”

Figura 15: Amazonas: O Mapiinguari



Fonte: Livro da obra

Por fim, as análises feitas nos livros paradidáticos tiveram a intenção de mostrar como características presentes na literatura indígena podem auxiliar de forma significativa no resgate da cultura dos povos indígenas e contribuir para um ensino voltado para a pluralidade e respeito diante de outras culturas, proporcionando ao aluno o acesso ao conhecimento da história de um povo que por muito tempo foi silenciado e que contribuem na construção da história de nosso país.

3.3 *KABÁ DERUBU E AMAZONAS NO CORAÇÃO ENCANTADO DA FLORESTA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE ENSINO*

A literatura indígena permite o trabalho indisciplinar que coopera na aprendizagem e no conhecimento do aluno, além disso ela incentiva o senso crítico e a curiosidade do leitor. Desenvolvendo a quebra de preconceitos e possibilitando um ensino voltado para o respeito da cultura e diversidade dos povos a literatura indígena em sala de aula pode contribuir de forma significativa na vida do aluno. Pensando nisso, a partir dos livros analisados apresentamos uma sugestão didática-pedagógica visando o trabalho com a literatura indígena em sala de aula, a partir dos conteúdos indicados a Lei nº 11.645/2008.

A ideia da proposta nasce de um contexto de que o ensino da literatura indígena no âmbito escolar ainda aparece de forma tímida, apresentando por vezes a figura dos povos indígenas somente por meio do estereótipo criado através dos livros didáticos. Embora tenha acontecido um avanço significativo referente ao estudo e publicações voltados para a temática indígena, ainda é insatisfatório, pois muitos professores desconhecem ou não estão preparados para trabalhar com a temática. É essencial ensinar não só sobre o indígena, como também, falar sobre a real história dessas etnias, tendo em vista a valorização da cultura e costumes desses povos, que por tanto tempo foram silenciados e desvalorizados, o que isso implica na busca por uma educação de melhor qualidade no ensino brasileiro.

Diante disso, essa proposta terá como objetivo trabalhar a literatura indígena de diversas formas através dos paradidáticos *Kabá Darebu e Amazonas no coração encantado da floresta*. O intuito é de levar o aluno a se questionar sobre a valorização da cultura indígena, o respeito a diversidade cultural, o cotidiano de uma tribo indígena em diferença aos não indígenas além de abordar como o a literatura indígena pode ser trabalhado em sala de aula. Para isso a iremos apresentar os seguinte pontos: objetivos, meta, metodologias e atividade.

Objetivos

- Desenvolver a visão dos alunos sobre a cultura e história dos povos indígenas;
- Conscientizar os alunos sobre os valores significativos e ensinamentos explícitos e implícitos na literatura indígena;
- Trabalhar a literatura indígena de formas diversificadas

Meta

Fazer o aluno perceber como a literatura indígena pode contribuir de forma significativa em sua aprendizagem, mostrando a importância dos povos indígenas na construção da história de nosso país.

Metodologia

A proposta gira entorno dos conteúdos abordados na Lei nº 11.645/08: Literatura, Língua Portuguesa, História e Artes. Com isso, a metodologia de trabalho está dividida em duas partes: 1) A primeira parte será realizada com o professor de Língua Portuguesa – literatura voltando o ensino da temática indígena para tal matéria. 2) Na segunda parte, trabalharemos com a literatura indígena voltada para as demais áreas. A seguir veremos detalhadamente todo esse processo:

Primeira parte: Área de Língua Portuguesa – literatura

Ao iniciar a aula o professor pode propor uma roda de conversar para contextualização da literatura. A intenção é instigar ao aluno sobre a temática, fazendo questionamentos do tipo: Do que se trata a literatura? Existe só um tipo de literatura? Já ouviram falar em literatura indígena? entre outras indagações. Seguida a isso, explicar como as lendas se fazem presente na vida dos grupos indígenas, fazendo com isso a apresentação do livro *Amazonas no coração encantado da floresta*. É importante que o professor ouça dos alunos se eles têm conhecimento de alguma lenda e dê espaço para que compartilhe com os colegas. Isso ajudará os alunos ao ler os livro, comparar se as lendas são parecidas.

No segundo momento de atividade, o professor fará uma leitura coletiva com os alunos do livro. Em seguida formará grupos diversos e distribuirá entre eles algumas das que fazem parte da obra. Com a ajuda do professor, cada grupo irá apresentar aos colegas a lenda, seja em forma de teatro, paródia, desenhos, construção de jornal informativo, etc. Com o resultado, o professor poderá trabalhar a questão da língua oral e escrita, além de poder socializar com outros colegas da escola o trabalho. É importante ressaltar que a atividade pode ser desenvolvida tanto com alunos do fundamental menor e maior, como na educação infantil.

Segunda parte: Áreas de conhecimento diversas

A proposta aqui apresentada se encaixa nas áreas disciplinares de História, Ciências e Artes, podendo também compor o ensino de Língua Portuguesa e Literatura. Antes de apresentar um trabalho para cada área, o professor deve contextualizar a obra, propor leitura individual ou coletiva com os alunos. Além do mais, ouvir o que os alunos sabem a respeito da temática, se já conhecem alguma comunidade indígena, afim de reconhecer os conhecimentos prévios dos alunos. Desse modo, a proposta para cada área segue da seguinte forma e pode ser construídos a partir dos livros *Kabá Darebu & Amazonas no coração encantado da floresta*:

- **Língua Portuguesa**

O professor poderá trabalhar as origens das palavras indígenas presentes nas obras. Deste modo ele ensinará para cada aluno vários termos que usamos no nosso cotidiano, sem sabermos que são de origem indígena. O professor poderá trazer palavras de origem indígena e a partir delas trabalhar com a significação e importância das palavras para nossa língua. Para socializar o professor poderá orientar seus alunos para a criação de cartilhas compostas por todas as palavras trabalhadas, os alunos também poderão criar varais de leitura para a exposição de seu trabalho.

- **Ensino de Arte**

O professor poderá direcionar o trabalho para uso das imagens e pinturas presentes nas obras. Assim, ele orientará para que cada aluno realize pesquisas sobre os diferentes tipos de pinturas corporais e gráficas existente nas tribos indígenas e observe os detalhes presentes em cada traço delas. Deste modo o professor ensinará aos seus alunos um pouco sobre o costume das pinturas, além de destacar que cada tribo tem seu jeito próprio de pintar e viver. A partir disso, propor um trabalho em tela de pinturas diversas que retrate os traços da identidade indígena. O resultado poderá ser socializado por meio de uma exposição pelos espaços da

escola. Além do mais, uma outra proposta está no trabalho das danças tradicionais da cultura indígena, abordando a questão da diversidade e respeito as diferenças a partir da crenças e ritos.

- **Ensino de Ciências**

O professor de ciências poderá trabalhar com os costumes dos povos indígenas voltados para caça e agricultura, trazendo para os alunos uma lista com diversas frutas e verduras, pedindo para que eles destaquem os que acreditam serem produzidos pelos povos indígenas. Dessa forma os alunos poderão perceber a contribuição dos povos indígenas para nossa alimentação. Além disso, o professor poderá desenvolver um trabalho voltando a plantação e a agricultura familiar, ressaltando o respeito ao cultivo e uso da terra.

- **Ensino de História**

Um das propostas de trabalho está direcionado livro paradidático *Kabá Darebu*. O professor orientará os alunos a mostrem as diferenças existentes entre a vida e costumes dos povos indígenas nos livros didáticos comparação ao literário *Kabá Darebu*. Isto ajudará aos alunos entender como a história do Brasil retrata esses povos, desmitificando assim alguns fatos impostos. Este trabalho ajudará o aluno a compreender a história dos povos indígenas vista pela visão do colonizador e pela própria visão dos indígenas, acabando com ideia de que existe apenas uma visão do ‘descobrimento’ e mostrando que os povos indígenas não são apenas participantes dessa história e sim grandes responsáveis pela construção dela.

Outra proposta de trabalho, poderá girar entorno das seguintes temáticas: alimentação dos índios; moradia dos índios; vestimenta dos índios; transporte dos índios; armas indígenas e instrumentos musicais, entre outros. O trabalho pode ser direcionado a elaboração de oficinas pedagógicas, cujas atividades podem ser encaminhadas partir do uso de teatro, danças, cafés filosóficos, entre outros.

Portanto, podemos perceber como o ensino de literatura indígena pode contribuir de maneira significativa na aprendizagem do aluno, trazendo para sala de aula um ensino multifacetário voltado para a valorização da pluralidade. Possibilitando ao aluno uma nova visão sobre os povos indígenas e o seu modo de viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou, analisar os livros paradidáticos *Kabá Darebu* de Daniel Munduruku (2002) e *Amazonas no coração encantado da floresta* de Thiago de Mello (2005), como proposta de ensino didático-pedagógico em sala de aula, buscando ressaltar a importância do estudo da cultura, história e identidade dos povos indígenas, trazendo como respaldo os significados ao trabalho do ensino da literatura indígena através dos livros infanto-juvenis estudados.

Diante de inúmeras batalhas na busca por direitos e pela valorização de sua cultura, os povos indígenas, conquistaram perante a Lei nº 11.645/08, o direito de inserir no currículo escolar o estudo da história e cultura de seus povos. Compreendemos que no âmbito escolar, em cumprimento a essa há uma necessidade de qualificar profissionais que entendam e usem elementos da temática indígena de forma correta.

Os povos indígenas com sua cultura sempre estiveram presentes na história do Brasil, desde do ‘descobrimento’ colaborando diariamente nas tradições do país. Por isso ressaltamos a necessidade de inserir a literatura indígena currículo escolar. Assim, entender, argumentar e compreender, a vida dos povos indígenas nas escolas é fazer com que a sociedade conheça um pouco mais sobre sua própria história, possibilitando ao estudante o conhecimento sobre os costumes, a cultura de seu país, que retrata a diversidade cultural e étnica, buscando o respeito, a valorização, o cuidado e divulgação dos costumes desses povos que tanto contribuíram na nossa história.

A literatura como espaço de representações social e cultural permite discussões e debates acerca da temática indígena, permitindo que através dos seus textos, o leitor consiga adquirir o gosto pela leitura, além, de acabar com os estereótipos criados sobre os povos indígenas através dos livros didáticos ao mostrar em seus escritos a visão dos indígenas sobre a sociedade e o mundo.

Os livros analisados *Kaba Darebu* e *Amazonas no coração encantado da floresta* ressaltam o valor cultural desses povos indígenas e abordam, de maneira clara e objetiva seus costumes, crenças e seu modo de viver, trazendo um novo olhar para a vida desse povo, e mostrando que eles sempre estiveram presentes na construção da história do Brasil. Nesse sentido, o ensino de literatura indígena quando inserida da forma correta pode contribuir com um ensino interdisciplinar, capaz de formar um aluno pensante e crítico que reconhece a história

do seu próprio país, que entende e sabe respeitar a cultura e os costumes, de diferentes etnias e que valoriza a história de seu povo.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. Ensino de história e cultura indígena: trabalhando com conceitos, desconstruindo estereótipos. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 15, n. 168, p.42-54, Mar., 2015. Disponível em:

<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/27671>. Acessado em: 02/09/2017

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração na graduação**. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**. Reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/leis1.pdf> . Acessado em: 20/08/2017.

_____. **Lei 10.639, de 09 de Janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acessado em: 20/08/2017

_____. **Lei 11.645, de 10 de Março de 2008**. Lei n. 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura indígena brasileira em sala de aula Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192 Acesso em: 20/08/2017.

CAGNETI, Sueli; PAULI, Alcione. **Trilhas literárias indígenas para sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas cidades, 1995.

_____, Antonio. Direitos humanos e literatura. IN.: FESTER, A. C. Ribeiro e outros. **Direitos humanos e...** São Paulo: Brasiliense, 1989. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*. 24 (9): 803-809, set, 72.

CARVALHO, Leandro. **O ensino da história indígena: literatura e mídia**. O ensino da história indígena ganhou novas forças após a aprovação da Lei n. 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura indígena brasileira em sala de aula. Disponível em: <http://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/ensino-historia-indigena-literatura-midia.htm>. Acessado: 23/08/2017

COSSON, Rildo. **Letramento Literário: teoria e prática**. São Paulo: contexto, 2006.

FRANCA, Aline; SILVEIRA, Naira. A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira. **Revista Transinformação**, Campinas, v. 26, n 1, p.67-76, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v26n1/a07.pdf>. Acessado em: 10/09/2017.

FREIRE, **A imagem do índio e o mito da escola**. In: MARFAN, Marilda A. org. Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação- Formação de Professores: educação escolar indígena, Brasília: MEC, 2002, p.93-99.

GUESSE, Érica. Da oralidade à escrita: os mitos e a literatura indígena no Brasil. v. 2, n.2, 2011, Uberlândia. **Anais do SILEL**. Uberlândia: EDUFU, 2011. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2011_130.pdf. Acessado em: 13/09/2017.

_____, Erica. Prática escritural indígena: língua literatura fortalecendo a identidade e a cultura. **Anais do SILEL**. v.3, n.1, 2011. Uberlândia: EDUFU. **Anais do SILEL**. Uberlândia: EDUFU, 2013. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013_1103.pdf. Acessado em: 13/09/2017.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil**. In: LOPES DA SILVA, Aracy & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/ UNESCO, 1995.

LAJOLO, Marisa. **Descobrindo a literatura**. São Paulo: Ática, 2002.

LIMA, Amanda. **O livro indígena e suas múltiplas grafias**. 2012. p.53. Mestrado em estudos literários. Curso de letras. Universidade Federal de Minas. Belo Horizonte. 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECAP-8TUL8Q>. Acessado em: 13/09/2017.

MAHER, Terezinha. **A criança indígena: do falar materno ao falar emprestado**. IN: FARIA, A.L.G. e MELLO, S. (orgs). O mundo da escrita no universo da pequena infância. Campinas: Autores Associados, 2005. p.75-108. Disponível em: http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/acervo/capitulos/MAHER_ACriancaIndigena_IN_OMundoDaEscrita.doc/view. Acessado em: 03/10/2017.

MEDEIROS, J. **A Povos indígenas e a lei nº 11.645**: (in) visibilidade no ensino da história do Brasil. .IN: BERGAMASCHI, M.A; ZEN, M.I.H.D; XAVIER, M.L.F.X. (orgs). Povos indígenas & educação. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, p. 49-62. 2012.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Coleção Repertórios. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PEREIRA, Ana; CUNHA, Maria. Medicina popular e saberes tradicionais sobre as propriedades medicinais da flora cerradeira. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, v.11, n. 21, p.126-137, Dez. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia>. Acessado em: 13/10/2017. Acessado em: 08/09/2017

ROSA, Francis. Kamba'í: Ensaio sobre o uso da literatura indígena para uma educação intercultural. **Revista temas em educação**. João Pessoa, v.24, n. 2, p. 167-178, jul.-dez. 2015.

Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/23728/14569>. Acessado em: 08/09/2017

SANTOS, Francisco. **Leitura da literatura indígena: contribuições para o ensino**, 2017. Disponível em http://www.fasete.edu.br/revistarios/media/revistas/2017/leitura_da_literatura_indigena_na_sala_de_aula_contribuicoes_para_o_ensino.pdf

SILVA, Aracy Lopes da. Por que discutir hoje a educação indígena? IN: **Comissão Pró-índio: a questão da educação indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 11 a 14.

SILVA, Araci; GRUPIONI, Luis. (org). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MA-RI/UNESCO, 1995.

SILVA, Claudionor Renato. **A literatura indígena na educação infantil: uma proposta curricular a partir da lei 11.645/08 nos cursos de pedagogia**. [s.l: s.n], 2009.

SILVA, Edson. Povos indígenas: histórias, culturas e o ensino a partir da lei 11.645. **Revista historien**, Petrolina, v. 7, p. 39-49, 2012. Disponível em: <http://www.espacociencia.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/04/TextoIndios.pdf>. Acessado em: 10/08/2017

THIÉL, Janice. **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

_____, Janice Cristine. **A Literatura dos Povos Indígenas e a Formação do Leitor. Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1175-1189, out./dez. 2013. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acessado em: 14/08/2017

VILAR, Leandro; DANTAS, Thiago. **A Lei 11.645 e o Ensino Indígena**. Seguindo os passos da história, 2011. Disponível em: <http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2011/09/lei-11645-e-o-ensino-indigena.html>. Acessado em: 14/08/2017

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Literatura e pedagogia: ponto & contraponto**. São Paulo: Global; Campinas: ALD- Associação de Leitura de Brasil, 2008.